

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E SOCIEDADE**

RONDINELLI DUTRA DE OLIVEIRA

**A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NOS LICEUS DE OFÍCIO DE
CURITIBA: POLÍTICAS NA GESTÃO DA VULNERABILIDADE**

DISSERTAÇÃO

**CURITIBA
2019**

RONDINELLI DUTRA DE OLIVEIRA

**A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NOS LICEUS DE OFÍCIO DE
CURITIBA: POLÍTICAS NA GESTÃO DA VULNERABILIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal
do Paraná UTFPR como requisito para a obtenção do Título
Mestre em Tecnologia e Sociedade.

Orientador: Profª Dra. Maria Sara de Lima Dias.

CURITIBA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

O48q Oliveira, Rondinelli Dutra de

A qualificação profissional nos Liceus de Ofício de Curitiba [recurso eletrônico]: políticas na gestão da vulnerabilidade / Rondinelli Dutra de Oliveira.-- 2019.

1 arquivo texto (105 f.) : PDF ; 682 KB.

Modo de acesso: World Wide Web.

Texto em português com resumo em inglês.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade. Área de Concentração: Tecnologia e Trabalho, Curitiba. 2019

Bibliografia: f. 96-105

1. Tecnologia - Dissertações. 2. Liceus - Política governamental - Curitiba (PR). 3. Populações vulneráveis. 4. Qualificações profissionais. 5. Ensino profissional. 6. Educação não-formal. 7. Educação para o trabalho. 8. Educação de adultos e Estado. 9. Vulnerabilidade Social. 10. Política pública. I. Dias, Maria Sara de Lima, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade. III. Título.

CDD: Ed. 23 – 600

Biblioteca Central do Câmpus Curitiba – UTFPR
Bibliotecária: Luiza Aquemi Matsumoto CRB-9/794

TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO Nº 541

A Dissertação de Mestrado intitulada **A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NOS LICEUS DE OFICIO DE CURITIBA: POLÍTICAS NA GESTÃO DA VULNERABILIDADE** defendida em sessão pública pelo(a) candidato(a) **Rondinelli Dutra de Oliveira** no dia **12 de março de 2019**, foi julgada aprovada em sua forma final para a obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa – Tecnologia e Trabalho, pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade.

Prof. Dr. Mario Lopes Amorim - (UTFPR)
Prof^ª. Dr^ª. Elena Camargo Shizuno - (DAESO/UTFPR)
Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva - (IFPR)
Prof^ª. Dr^ª. Maria Sara de Lima Dias - (UTFPR) - *Orientadora*

Curitiba, **12 de março de 2019.**

A via original deste documento encontra-se arquivada na Secretaria do Programa, contendo a assinatura da Coordenação após a entrega da versão corrigida do trabalho.



RESUMO

OLIVEIRA, Rondinelli Dutra de. **A Qualificação Profissional nos Liceus de Ofício de Curitiba: Políticas na Gestão da Vulnerabilidade.** Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

O objetivo desta dissertação é analisar a oferta de qualificação profissional dentro do âmbito da estrutura dos equipamentos públicos da prefeitura municipal de Curitiba e especificamente compreender os conceitos de política pública e vulnerabilidade social que tangenciam esta política. Justifica-se construir uma reflexão sobre a qualificação profissional ofertada no âmbito da estrutura do Liceu de Ofícios, tendo em vista que esta política pública de qualificação profissional, tem uma particularidade essencial que é a de estar inserida dentro de outra política pública maior e específica pelo fato de que se destina às pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social. O método consiste em uma abordagem construtivo interpretativa de base dialética e orienta um procedimento de pesquisa que compreendeu uma revisão das bases de dados, no portal de periódicos CAPES/MEC e Scielo, uma análise documental nas legislações pertinentes, e uma análise da implementação de políticas públicas obtida através do protocolo de gestão, bem como do acesso a bases de dados da gestão dos Liceus. Os resultados apontam para a necessidade de compreender esta oferta de qualificação profissional como provisórias e temporárias uma vez que são dependentes das ações históricas e sociais construídas pelo poder público. Os conceitos que envolvem esta política remetem a concepções a cerca das categorias: capacitação profissional ou qualificação profissional e a vulnerabilidade são considerados como conceitos de ambíguos significados. A capacitação ofertada possui conteúdos mínimos sobre uma atividade profissional, classificados como cursos livres, de modo que não consideram a categoria trabalho em sua amplitude. Os cursos são voltados para um tipo de trabalho no qual a tecnologia é essencialista empreendida com o objetivo direto do acesso à qualificação. Em consonância com as discussões internacionais no âmbito da OIT (Organização Internacional do Trabalho), entende-se a Qualificação Social e Profissional, pode ser vista como um direito e como condição indispensável para a garantia do trabalho decente e para a promoção do direito dos trabalhadores à qualificação. Apesar das imprecisões conceituais e das críticas à precariedade da formação ofertada é preciso buscar uma plena qualificação, só assim a política pública pode cumprir o seu propósito, ainda que compreendendo que tais políticas são historicamente construídas para atender às fraturas sociais podem ser vistas como uma condição social e essencial para garantia de direitos.

Palavras-chave: Qualificação Profissional. Liceus de Ofício. Políticas Públicas. Vulnerabilidade.

ABSTRACT

This work is about the offer of professional qualification at the educational public structure of Curitiba city within the scope and specifically to understand the concepts of public policy and social vulnerability. It is necessary to think about the professional qualification offered at the public structure, specifically the Liceu de Ofícios, considering that this professional qualification public policy has a particularity that is essential, since it is inside another specific public policy for people at risk of social vulnerability. In this way, the Liceu de Ofícios is directly related to other public policies such as the national educational policy, in which the legal basis analysis of the professional qualification are defined. The actions and social assistance services have greater visibility at the government agendas discussions, since the creation of the Unique System of Social Assistance and the qualification offers still need a systematic evaluation. Methodologically the research includes a databases review, especially at CAPES / MEC and Scielo journal's site, a documentary analysis of the applicable legislation, an analysis of the public policies implementation and the management protocol as well as the access to some databases of the liceus management. As a result, the public power actions at the professional qualification conception, as a short training with few informations about the professional activity, classified as free courses. The courses offered are managed for a work in which technology is essentialist with the objective of have access to qualification. The professional education in this area is a non-formal education of variable duration, designed to provide the worker with the basic skills to enable him to become more professional. However, in order to qualify and update himself, this vulnerable subject is destined for a kind of work that is almost always marginal and precarious, and, because of neoliberalism influence, the outsourcing activity places social institutions too in a vulnerability situation. In line with international discussions at ILO (International Labor Organization), Social and Professional Qualification is understood as a right and as an indispensable condition for guaranteeing decent work for men and women with the qualification right in a gradual universalization promotion. Despite the criticism about the precariousness of the training offer, it is necessary to seek a full professional qualification for the vulnerable subjects. Social and Professional Qualification is defined as a qualification that allows the insertion and citizen action at job market, with effective impact at people`s life andwork.

Keywords: Professional Qualification. Liceu de Ofícios. Public Policy. Vulnerability.

LISTA DE SIGLAS

ACESSUAS	Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
CSU	Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos
EaD	Educação a Distância
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAS	Fundação da Ação Social
IMAP	Instituto Municipal de Administração Pública
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PMC	Prefeitura Municipal de Curitiba
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SMTE	Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	14
2.1 PREÂMBULO HISTÓRICO: UM BREVE PERCURSO DAS ORIGENS À IMPLEMENTAÇÃO DO LICEU NA PMC	15
2.2 TRÊS FASES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	21
2.2.1 AS LINHAS DE OFÍCIO.....	22
2.2.2 LICEUS DE OFÍCIO DE CURITIBA	24
2.2.3 LICEUS DE OFÍCIOS SOB A GESTÃO DA SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREGO	26
3. CONCEITO DE QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO NO LICEU DE OFÍCIOS	30
3.1 O CONCEITO DE QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO PARA O LIBERALISMO CLÁSSICO	31
3.2 O CONCEITO DE QUALIFICAÇÃO PARA TRABALHO NO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO.....	34
3.3 CONCEITO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMO FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DO SUJEITO VULNERÁVEL.....	39
3.4 A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO SUJEITO VULNERÁVEL	43
4. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	49
4.1 REVISÃO DA LITERATURA.....	49
4.2 O ACESSO À INFORMAÇÃO	51
4.2.1 A ANÁLISE DE POLÍTICA PÚBLICA.....	52
5. ANÁLISE DOS DADOS	56
5.1 LEGISLAÇÕES SOBRE A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	56
5.1.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	58
5.1.2 LEI DAS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO	58
5.1.3 DECRETO Nº 5.154 DE 23 DE JULHO DE 2004.....	59
5.1.4 PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO –PNQ, 2003-2007.....	61
5.1.5 PROTOCOLO DE GESTÃO.....	61
5.2 RELATÓRIOS DE INDICADORES OPERACIONAIS: 2016-2018	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	74
ANEXOS.....	81

1. INTRODUÇÃO

Essa dissertação surgiu do interesse em compreender a qualificação profissional no âmbito das Políticas Públicas do Município de Curitiba, focalizando especificamente o Liceu de Ofícios. O tema da pesquisa é fruto de uma experiência pessoal do pesquisador que, em sua primeira vivência docente, deparou-se com o público-alvo das políticas de capacitação profissional, o que será denominado como: gestão da vulnerabilidade. O referencial da presente dissertação se dá a partir de uma perspectiva histórica crítica que considera a importante dimensão do trabalho enquanto forma de atividade especificamente humana e que implica na subjetividade dos sujeitos e na sua inserção na sociedade.

O Programa Liceus de Ofícios, que é ofertado nas unidades públicas da Fundação da Ação Social (FAS) da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), segundo o site do órgão gestor: “oferece cursos gratuitos de qualificação profissional para jovens e adultos, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social, a fim de possibilitar o acesso, a permanência ou o reingresso do cidadão e cidadã ao mundo do trabalho” (CURITIBA, 2019, p. 1). Deste modo, o Liceu de Ofícios se relaciona diretamente com outras políticas públicas como a política educativa nacional, no qual se definem as bases legais para a análise da qualificação profissional.

Os cursos ofertados são denominados como sendo de qualificação profissional, voltados especificamente para a população prioritariamente selecionada pelo órgão gestor do programa através da análise de condições sociais e econômicas, idade e grau de escolaridade. Estas pessoas se encontram em uma situação dita como de vulnerabilidade social que pretendem em seu objetivo a inserção no mundo do trabalho ou a melhora das condições, quando já estão inseridas em alguma atividade profissional.

Essa explanação básica exige uma reflexão com a intenção de compreender a política pública relacionada com muitos dos conceitos aqui apresentados no texto do órgão gestor como: qualificação profissional, política pública e vulnerabilidade. A análise de tais conceitos são fundamentais para uma avaliação do protocolo de gestão. Protocolo este que remete a múltiplas determinações: da política internacional, da política nacional e da política municipal, na localização e implementação das ações e estratégias de combate à situação de precarização da população.

Assim se relacionam direta e indiretamente os interesses e as diretrizes dos governos locais com as diretrizes de organismos internacionais como a Organização Internacional do trabalho (OIT) e o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), entre outros, como a Lei de Diretrizes e bases da Educação e demais políticas de qualificação para o trabalho.

Por um processo de flexibilidade, de rupturas e continuidades nas políticas públicas observa-se o gerenciamento e o fortalecimento da intervenção do Estado na qualificação profissional a situar o papel do município na criação e determinação das políticas é essencial para aumentar a efetividade social dessas ações e sua integração às políticas públicas de educação e desenvolvimento econômico e social (MTE, 2003). Os liceus contam com unidades fixas e remotas, tais unidades estrategicamente distribuídas permitem um maior controle do espaço e das demandas situadas geograficamente no município de Curitiba.

A organização da população em sua classificação para participar no programa evidencia os critérios de idade e escolaridade, rendimento mínimo e local de residência. Tais critérios são utilizados na política pública para permitir uma análise da situação de vulnerabilidade social. Assim essa força de trabalho somente tem acesso e possibilidade de inscrição nos cursos ofertados se as pessoas forem consideradas como “vulneráveis sociais”.

A política de qualificação para o trabalho se direciona, portanto, para aquelas pessoas que estão perdendo a sua representatividade na sociedade e dependem de auxílios de terceiros para garantirem a sua sobrevivência. Segue-se que na divisão social do trabalho existem políticas específicas para os inimpregáveis ou para os marginalizados. Assim a fonte básica de sustentação da política está ancorada em uma decisão estratégica governamental, que demonstra toda a sua força, sustentada em um processo de fragmentação social.

O itinerário na construção dessa dissertação parte da compreensão da política pública do Liceu de Ofícios como instituição qualificadora e remete, portanto, aos conceitos de análise supramencionadas e que nela se integram. No caso específico do município de Curitiba, a qualificação profissional seria eleita como uma possibilidade, a ofertar a essas populações em situação de vulnerabilidade alguma garantia de um trabalho qualificado. Assim, a política se relaciona com uma concepção do trabalho como um fator de integração social. O fluxo contínuo das decisões estratégicas da

política estão identificados no conceito de trabalho com uma atividade central da vida humana. Nessa condição existe um tipo específico de trabalho que permite a integração social dos sujeitos vulneráveis em determinada sociedade e cultura. Compreender o conceito de qualificação profissional se situa no âmbito das preocupações interdisciplinares do programa de pós-graduação e da linha de pesquisa tecnologia e trabalho da UTFPR. A temática da qualificação profissional, no entanto, carece de visibilidade nesse campo de conhecimento.

Desse modo o tema se alinha com os objetivos da linha de pesquisa: trabalho e tecnologia do programa de pós-graduação em Tecnologia e Sociedade, uma vez que a qualificação profissional remete ao problema proveniente das relações e contradições entre a educação e o trabalho e se relaciona com múltiplos questionamentos da função social da educação no preparo do sujeito para o ingresso na vida produtiva ou não. Ou se a educação é qualificadora para o trabalho ou para o emprego e/ou desemprego. Portanto, nesse sentido a qualificação e desqualificação e a proposta dos Liceus se relaciona direta e indiretamente com um processo de desfiliação social, que é um termo utilizado por Robert Castel (2005) para caracterizar o processo, que representa a imersão dos desfiliaados no mundo dos integrados, que perdem suas referências de pertencimento social. Tratam-se, daqueles que, mais do que excluídos, foram “abandonados, como se estivessem enclausurados na margem, depois que a corrente das trocas produtivas se desviou deles” (CASTEL, 2005, p.32).

Como qualificar uma pessoa para o exercício de uma atividade ou para a sua inserção no mundo do trabalho? A problematização sobre a qualificação profissional, desafia a análise do percurso histórico tomado pela política pública do Liceu de Ofício de Curitiba, concretizada em modelos de gestão, formas de processos de ação social limitados há um tempo e espaço e representado por suas ações sociais.

O estudo das relações entre o trabalho e educação tem historicamente aproximado as discussões a partir de duas grandes matrizes, segundo Ferretti (2004). A primeira matriz remete-se ao campo especificamente técnico, tendo orientado a formulação e o desenvolvimento das propostas de formação profissional com preocupações específicas, fortemente influenciada pelo progresso técnico, pelas mudanças técnico organizacionais, respondendo às demandas da produção capitalista às quais procuram dar respostas.

A segunda matriz tem sua atenção voltada à filosofia e à economia política de origem marxista, remetendo à educação problemas de natureza econômica, filosófica, social e ético-política que deseja não apenas a formação profissional propriamente dita, mas a formação humana em sentido pleno.

A qualificação profissional foi profundamente marcada pela sua dimensão e preocupação especificamente técnica, ou seja, para uma visão denominada “essencialista”, conceito que é debatido nessa dissertação e cujo enfoque é relacionado ao progresso técnico.

Entre os diversos conceitos desenvolvidos nessa dissertação, cabe aqui uma explanação prévia do conceito de política, para que se possa avançar nesse entendimento. A política envolve, além de uma ação, uma gama de decisões de grande complexidade (DAGNINO et al, 2002). O objeto de pesquisa trata de uma política pública específica, ofertada a um público-alvo mais específico ainda, no qual o trabalho e tecnologia são empreendidos com o objetivo de uma mínima qualificação profissional.

A concepção "qualificação para o trabalho" no ordenamento legal da Prefeitura Municipal de Curitiba, a partir da análise do protocolo de gestão, documento norteador da política, assim como as demais legislações, remete para a construção de uma razão histórica para compreender as políticas públicas. Compreende-se que existe uma centralidade do trabalho presente na constituição da sociedade humana e de seus sujeitos. O desemprego surge como um fenômeno que atinge todas as populações e, em especial, aquelas pessoas em situação de vulnerabilidade, e, para esses sujeitos, há que se criar políticas públicas inclusivas ou ainda paliativas.

As políticas públicas de geração de emprego e renda, assim como as políticas de qualificação profissional, são historicamente construídas para atender fraturas sociais e, contraditoriamente, são vistas como uma condição social e essencial para garantia de direitos. No entanto, apesar do esforço desenvolvido para encontrar caminhos de preparação plena do trabalhador, observa-se que tem aumentado o desemprego e o contingente de populações em situação de vulnerabilidade social.

A política pública de qualificação profissional, no Liceu de Ofícios está inserida dentro de outra política pública maior e específica destina-se às pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social. Define-se indivíduos e grupos em situação de risco e vulnerabilidade social como aqueles sujeitos que requerem medidas sócio

assistenciais específicas para a garantia de direitos, orientação, acolhimento institucional e reintegração social (BRASIL,2008).

O setor público no Brasil exige investimentos na máquina administrativa estatal para a gestão de políticas sociais relevantes como Assistência Social, Transferência de Renda e Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2008).Atenta-se ao fato da necessidade

(...) que avancemos no amplo pacto estabelecido entre gestores, técnicos, trabalhadores, conselheiros e usuários pela implementação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social - em todo o território nacional, assimilando seus novos conceitos e mecanismos de gestão”.(BRASIL, 2008, p.6).

Desse modo, o Liceu de Ofícios se relaciona diretamente como a política educativa nacional, na qual se definem as bases legais para a análise da qualificação profissional. Sendo que as ações e serviços assistenciais ganharam maior visibilidade nas discussões de agendas de governo, a partir da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Os processos educativos formais são ferramentas de capacitação, frequenta-se o colégio durante vários anos para adquirir conhecimentos básicos, compreender a realidade e no futuro ter uma formação profissional (BRASIL, 1996). Nas diversas etapas de formação acadêmica adquirem-se mecanismos de capacitação que paulatinamente vão se tornando cada vez mais complexos e especializados. No entanto, a faixa da população brasileira que ainda não tem acesso aos processos educativos formais é de cerca de 1,3 milhões de adolescentes fora da escola, enquanto outros 2 milhões estão atrasados, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2018).

Dentro de todo esse processo, o poder público tem fundamental importância, tanto pela oferta direta de capacitação profissional quanto na regulação das formas e maneiras em que se deve capacitar. O Liceu de Ofícios está inserido na política pública da Assistência Social, no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), porém suas bases se remetem indiretamente às bases da Lei de Diretrizes e Bases da Educação(LDB).

Assim se cruzam as diretrizes do SUAS com as da LDB, nos Liceus de Ofícios, sendo que estes equipamentos públicos municipais é que devem realizar as ofertas dos cursos e, acima disso, garantir portanto a gratuidade dessa qualificação

profissional. Sempre tendo em vista que se trata de atender uma população específica que, em sua maioria, por ter abandonado o sistema educativo regular, se tornou mais vulnerável ao desemprego e ao risco social.

O panorama histórico desse equipamento social leva à percepção de que este sofre por diferentes concepções de capacitação profissional, que são cunhadas pelas diferentes gestões que ocuparam a prefeitura de Curitiba nas últimas décadas. O serviço ofertado com características de Liceu exige do Estado todo um equipamento social, uma estrutura física própria, que podem ser desde ônibus, laboratórios, equipamentos e, principalmente, de técnicos e instrutores capacitados. Diferentes elementos que são fundamentais para o desenvolvimento das ações de qualificação para o trabalho que são desenvolvidos nas múltiplas oficinas dos Liceus. No entanto, a atividade de terceirização desta qualificação coloca a situação de vulnerabilidade também para dentro do equipamento social.

O programa Liceus de Ofício é voltado especificamente para a inclusão dos jovens e adultos em situação de vulnerabilidade. O objetivo da política é combater a pobreza e a exclusão social através da integração entre as políticas de emprego e renda a uma política de investimentos públicos geradora de melhores oportunidades.

Portanto, nessa dissertação analisou-se a oferta para a qualificação profissional dentro do âmbito da estrutura dos equipamentos públicos da Prefeitura Municipal de Curitiba e, especificamente, compreender as relações dos conceitos de políticas públicas e vulnerabilidade social com o Liceu de Ofício. Como pressuposto a tais conceitos em que o alcance dessas políticas na área social, a categoria vulnerabilidade social, mais do que um exercício intelectual, cujas referências escapam e tensionam o programa Liceus de Ofício em que se apresenta suas políticas sociais para o trabalho como qualificação profissional.

2. CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A ênfase na política do Liceu de Ofícios enquanto instituição de qualificação profissional se deu concernente a uma perspectiva de proteção do Estado para a chamada população vulnerável, seus rompimentos ao longo de sua trajetória histórica, seja por determinações legais e também por interesses políticos.

O Brasil na década de 1980, através do movimento de redemocratização nacional, permitiu que entrassem na Constituição Federal de 1988 institutos legais de envergadura ampla. No texto constitucional, a previdência social - restrita aos trabalhadores contribuintes do sistema previdenciário -, a assistência social e a saúde (com prestação sem contrapartida contributiva direta da população) estão compreendidas em um sistema de seguridade social que integra ações de iniciativa do poder público e da sociedade para a garantia de direitos de cidadania à população.

A política pública começa no Brasil a ser delineada neste período e orienta as demais iniciativas dos estados e municípios em suas áreas de abrangência da implementação de ações voltadas para a qualificação dos vulneráveis.

A qualificação profissional no município de Curitiba, desde a sua criação nos anos 1980 até o ano de 2015, estava sob a responsabilidade da FAS, por meio da Diretoria de Geração de Trabalho e Renda nos equipamentos públicos denominados Liceus de Ofícios.

A FAS é o órgão público responsável pela gestão da Política de Assistência Social, sob o ponto de vista jurídico-administrativo é um órgão da administração pública indireta, fundação pública de direito público. Essa Fundação Pública tem como competência coordenar e implementar a política de assistência social no município para a proteção social de famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social. Após breve período sob a gestão da Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego (SMTE), no ano de 2017, essas unidades públicas retornaram à jurisdição da FAS.

Assim, historicamente, essas ações de amparo ao sujeito em situação de vulnerabilidade vêm sendo executadas e modificadas a cada governo que assume o poder de gestão e os modos de execução das mesmas. Ao longo do tempo a

Assistência Social vem sendo repassada das tradicionais instituições de capacitação tuteladas pelo Estado para a iniciativa privada, tendo os seus serviços terceirizados.

Diante objetivo de analisar a oferta de qualificação profissional dentro do âmbito da estrutura dos equipamentos públicos da prefeitura municipal de Curitiba e especificamente compreender os conceitos de política pública e vulnerabilidade social que tangenciam esta política. Surge o tema da qualificação profissional do trabalhador, e a necessidade de compreender o preambulo histórico do percurso das origens à implementação do Liceu na PMC.

2.1 PREÂMBULO HISTÓRICO: UM BREVE PERCURSO DAS ORIGENS À IMPLEMENTAÇÃO DO LICEU NAPMC

A compreensão do histórico do Liceu de Ofícios de Curitiba nos remete ao entendimento de outras propostas que levaram o mesmo nome, o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e o de São Paulo. De antemão, percebe-se que em todas as experiências acima citadas a preocupação com a condição social do público-alvo, envolvido nessas instituições e isso se verifica desde a Grécia, no Liceu Aristotélico, estendendo-se aos Liceus do Rio e São Paulo.

As ações desenvolvidas nesses diferentes espaços, que em comum possuíram a mesma denominação, como espaços de proteção que, de acordo com Dias, “as proteções sociais também promovem uma transformação essencial e irreversível, pois são fundamentais os dispositivos de ajuda ao emprego e de assistência aos mais desprovidos na luta contra a exclusão” (2015, p. 52). Nessa dinâmica, concebemos os “liceus” pesquisados como espaços de proteção da vulnerabilidade, sem desconsiderar a ênfase nos equipamentos sociais com os seus limites e possibilidades historicamente situadas. Por esse motivo, faz-se necessário visitar os parâmetros tidos ao decorrer do processo de estruturação do Liceu de Aristóteles, perpassando os Liceus do Rio de Janeiro e São Paulo, para possibilitar o entendimento e a discussão sobre o equipamento alvo dessa pesquisa.

O liceu historicamente foi a escola filosófica de Aristóteles; um estabelecimento de ensino médio e/ou profissionalizante; um curso que se faz

nesse tipo de estabelecimento ou uma agremiação cultural (POLITO, 2009). De acordo com Machado (1956) no seu “*Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*”, a palavra *liceu* provém do francês “*lycée*” que, por sua vez, vem do latim “*lyceum*” e estado grego “*lykeion*”, que consistia no antigo local de passeio em Atenas, onde Aristóteles ensinava aos seus discípulos. A palavra é introduzida na língua portuguesa no século XVI, e o sentido moderno também nos veio do francês, a partir de 1807. Diante dessa constatação de origem histórica, que parte do próprio significado etimológico, não se pode deixar de contemplar a contribuição aristotélica na constituição ocidental desse conceito e seus desdobramentos.

No ano de 335 a.C. Aristóteles (384 a 322 a.C.) fundou em Atenas, na Grécia, uma escola próxima ao templo de Apolo Lício, que recebeu seu nome: Liceu.

(...) como verdadeiro acadêmico, em seguida como acadêmico dissidente, enfim como fundador de uma escola própria em oposição à Academia [de Platão] (...) tentou uma verificação sistemática do discurso platônico, chegando a resultados que são, em muitos casos, autênticas “verificações” das instâncias platônicas. (REALE, 2003, p. 10).

Em 1996 foi descoberto o sítio arqueológico do Liceu de Aristóteles, no centro de Atenas que, após ser restaurado, foi aberto ao público em junho de 2014¹. Esse parque arqueológico oferece uma viagem ao universo do filósofo grego a algumas centenas de metros do Parlamento, em pleno centro da capital grega.

Foi lá em Atenas, perto do templo consagrado a Apolo Lício, que deu nome à escola, que Aristóteles fundou sua escola, após retornar da Macedônia, em consequência da partida de seu aluno, Alexandre, o Grande, para as guerras de conquista. Na escola peripatética, cujo nome vem do grego antigo ‘*peripatetikós*’ – “que ama caminhar debatendo”, Aristóteles costumava dar aulas aos seus alunos enquanto caminhava.

A escola aristotélica dedicou-se mais ao conhecimento instrucional, empírico e sistematizador, um precedente qualificado da atual sociedade especializada e uma referência marcante para o projeto dessa pesquisa, pois o

¹ Cf. Artigo “Liceu de Aristóteles: Novo Parque Ecológico em Atenas”. Revista Exame versão on-line: Acesso em: 01 de maio de 2018

Liceu de Ofícios curitibano representa certamente esse conceito de especificidade do pensamento prático, pois:

Aristóteles distingue, no trabalho, dois componentes: o pensar (nóesis) e o produzir (poiésis). Através do primeiro é posto o fim e se buscam os meios para sua realização, através do segundo o fim desse modo posto chega a ser realizado. (LUKÁCS, 1981, p. 14).

Dessa forma, compreende-se que a escolha terminológica pela conceituação da escola curitibana de qualificação profissional - *Liceu de Ofício* - não é apenas uma homenagem ou uma questão semântica, mas revela o conceito que pressupõe tal concepção de educação profissional.

No dia 09 de Janeiro de 1858, no Rio de Janeiro deu-se início aos trabalhos do Liceu de Artes e Ofícios por Francisco Joaquim Bethencourt da Silva² (1831-1911), que acreditava na educação e no conhecimento artístico, por meio do ensino do desenho. Para ele, essa era a base para que as nações alcançassem o desenvolvimento e a prosperidade (BARROS, 1956). Desse modo, liderou um amplo movimento que culminou com a fundação da Sociedade Propagadora das Belas Artes do Rio de Janeiro e do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, em 23 de novembro de 1856. A primeira constituía-se na mantenedora do segundo. Foram inauguradas respectivamente em 20 de janeiro de 1857 e 9 de janeiro de 1858 e, a partir de então, Béthencourt da Silva dedicou-se a ambas as instituições, particularmente ao Liceu, que no seu entendimento deveria associar o ensino teórico ao prático e, com isso, preparar a classe trabalhadora para a futura industrialização do país (CUNHA, 1979).

No site da instituição é dado que o Liceu de Artes e Ofícios iniciou suas atividades com a

(...) finalidade de proporcionar a todos os indivíduos, independentes de nacionalidade, raça ou religião, o estudo das artes e sua aplicação necessária aos ofícios e indústrias. O corpo docente da escola não era remunerado, sendo formado por pessoas eminentes da época, assim como os beneméritos da escola que contribuíam para a manutenção do ensino.

² Foi um arquiteto, professor e educador brasileiro. Liderou um amplo movimento que culminou com a fundação da Sociedade Propagadora das Belas Artes do Rio de Janeiro e do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, em 23 de novembro de 1856. A primeira constituía-se na mantenedora do segundo. Foram inauguradas respectivamente em 20 de janeiro de 1857 e 9 de janeiro de 1858, e, a partir de então, Béthencourt da Silva dedicou-se a ambas as instituições, particularmente ao Liceu, que no seu entendimento deveria associar o ensino teórico ao prático e, com isso, preparar a classe trabalhadora para a futura industrialização do país.

Os cursos do Liceu abrangiam em torno de 50 profissões e eram divididos em Curso Profissional Livre, Comercial e feminino (2018, p.1).

O Liceu de Artes e Ofícios é mantido pela Sociedade Propagadora das Belas Artes, que é uma instituição de ensino que desde a sua fundação tem atendido uma população vulnerável e é precursora do ensino profissionalizante do Brasil.

O principal objetivo dessa sociedade de direito civil era o de "fundar e conservar o Liceu de Artes e Ofícios, em que se proporcionasse a todos os indivíduos, nacionais e estrangeiros, o estudo de belas-artes e sua aplicação necessária aos ofícios e indústrias, explicando-se os princípios científicos em que ela se baseia. (CUNHA, 1979, p.19)

Nesse exemplo específico, além do nome que dá base ao recorte desse estudo, é possível fazer uma análise dos estabelecimentos de ensino, que deixam de ser objetos de estudo exclusivos de uma ciência em particular e passam a ser considerados como resultantes de necessidades historicamente determinadas pela ação humana, isto é, como a "síntese de múltiplas determinações" (MARX, 1818/1983, p.218).

A história da educação não tem uma existência independente da história da própria sociedade (MURASSE, 2001). Ao transitar sobre o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro se tem um panorama das escolas profissionalizantes no Brasil. De acordo com Murasse (2001), o edifício do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro foi, em parte, destruído por um incêndio em 1893, no qual se perdeu uma grande quantidade de documentos originais da instituição. A documentação que já havia sido produzida e, portanto, era de domínio público, ficou dispersa em diferentes bibliotecas e arquivos do Brasil, que contêm os registros que comprovam a sua existência, pois existe uma lacuna na historiografia da educação brasileira sobre esta que foi a primeira escola de ensino profissional noturna inaugurada no Brasil. Segundo a mesma autora (2001), há outros documentos mais significativos da vida da escola, como regulamentos, regimentos, atas, relatórios, publicações oficiais, biografias dos fundadores, discursos de homens eminentes da época - que não estão representados na sua totalidade.

Há de se ressaltar a importância de uma análise e interpretação da historiografia no estudo de diferentes Liceus brasileiros, que são realizados através de um passado de lutas sociais dos trabalhadores. Assim é preciso considerar as circunstâncias que engendraram as políticas públicas atuais tendo em vista o seu passado.

O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo foi, assim como o do Rio de Janeiro, criado por uma sociedade civil, em 1873, fundado na cidade de São Paulo pela Sociedade Propagadora da Instrução Popular com 131 sócios inscritos (CUNHA, 1979). Os membros de sua primeira diretoria eram pertencentes à burocracia do Estado e ao parlamento.

Atualmente consta em seu site a seguinte definição:

O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo é uma instituição de ensino privado, sem fins lucrativos, filantrópica, que oferece: o Ensino Médio, o Ensino Médio Integrado ao Técnico e Ensino Técnico Concomitante ao médio (filantrópico). Fundado em 1873, o Liceu tornou-se referência na cidade de São Paulo como uma escola de ensino técnico profissionalizante e de formação geral. Mantido por recursos advindos da LAO Indústria Ltda, empresa líder no mercado nacional de hidrômetros e medidores de gás, o Liceu conta com profissionais altamente qualificados o que garante sua excelência em qualidade. Estamos posicionados entre as 5 melhores escolas de São Paulo pelo ranking do ENEM e 80% dos nossos alunos foram aprovados nos vestibulares das universidades mais disputadas, sem a necessidade de fazer cursinho preparatório, em 2015. (Fonte: <http://www.liceuescola.com.br/o-liceu/quem-somos/>).

No ano de 1882, a Sociedade Propagadora da Instrução Popular instalou uma nova escola noturna, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, com o objetivo de ministrar conhecimentos necessários às artes e ofícios, ao comércio, à lavoura e às indústrias. O ensino primário seria, a partir dessa data, não só mantido como ampliado (CUNHA, 1979). Prometia-se a criação de novos cursos de comércio e agricultura, bem como, no próprio liceu, de aulas adicionais de português, francês, inglês, geografia, cosmografia, história universal, história pátria, história da arte e da indústria, estética, higiene, anatomia, psicologia, direito natural e constitucional, economia política. Percebe-se que a proposta do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo era além de uma simples escola de qualificação, tinha-se o desejo de formar em sentido mais profundo, ou seja, não fazia-se apenas um recorte na formação, focando apenas na profissionalização.

Cabe ressaltar que, de acordo com Almeida (2000), o Estado de São Paulo, em 1889, possuía 1.573.000 habitantes, dos quais apenas 1,6 % tinha acesso à educação. Naquela ocasião havia apenas cinco instituições formais que forneciam instrução secundária, dentre elas o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.

A partir de meados do século XIX, com o aumento da produção manufatureira no Brasil, começaram a ser organizadas sociedades civis destinadas a amparar órfãos e/ou ministrar ensino de artes e ofícios. Os recursos dessas sociedades provinham, primeiramente, das quotas pagas pelos sócios ou de doações de benfeitores. Sócios e benfeitores eram membros da burocracia do Estado (civil, militar e eclesiástica), nobres, fazendeiros e comerciantes”. (CUNHA, 1979, p. 18)

Desse modo existe uma história, desde meados do século XIX, em que o Estado brasileiro passou a promover o ensino de ofícios. Na medida em que avança o capitalismo e o processo de desenvolvimento da industrialização nacional, observa-se uma ampliação das legislações de proteção social, com a produção e o consumo sofrendo diferenciações de classe, que dependem da relação entre mão de obra e consumo. O aparato administrativo do Estado se mobiliza para promover paralelamente um aumento da capacitação e da formação da força de trabalho e do consumo.

A histórica criação dos Liceus de Ofício nos remete a dois aspectos fundamentais a serem considerados, o primeiro é que existe uma rede de interesses envolvendo o desenvolvimento das políticas públicas para a capacitação dos vulneráveis, e o segundo é que o lugar em que se implementa esta ação política de estratégia nacional é o município. Portanto, se devem conhecer os processos que auxiliam ou impedem o avanço de tais políticas protetivas, bem como as redes de interesses que permeiam as políticas quando de sua implementação no município. Uma vez que são os poderes municipais que detalham as ações e que definem as estratégias de sua implementação.

Na constituição dos Liceus de Ofício o município desenvolve de acordo com a sua realidade, formas de pensar as políticas públicas de capacitação profissional bem como determinam quem são das redes que possibilitam atender às suas demandas de formação. Pretendemos no próximo parágrafo abordar as três fases pelas quais passam os Liceus de Ofício na cidade de Curitiba.

2.2 TRÊS FASES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

O cenário histórico da cidade de Curitiba, se modifica profundamente desde a década de 1970. Se caracterizando por um processo de expansão e dinamismo da cidade de Curitiba e da região metropolitana definido em um plano diretor de urbanismo.

Curitiba sempre apresentou noções de planejamento, com maior ou menor controle do ambiente urbano. A urbanização, como concepção de regular o espaço, desde os tempos da época da Vila de Nossa Senhora dos Pinhais, esteve presente na mentalidade das autoridades locais. No ano de 1971 foi aplicado um novo Plano Diretor na cidade, com medidas voltadas para o bem-estar da população, como o fechamento do tráfego de carros na Rua XV de Novembro, a melhoria no sistema de transporte coletivo e a ampliação dos locais culturais e de lazer. O Plano Diretor de Urbanismo da década de 70 baseava-se na execução de ações em três eixos: sistema viário, zoneamento e transporte coletivo.

De 1970 a 1990, Curitiba foi uma das cidades do Brasil que mais cresceu. No início de 1970 possuía cerca de 500 mil habitantes e, até o final da década de 90, teria esse número triplicado. Em pleno século XXI, a cidade sugere cada vez mais inovações nos três pontos defendidos pelo Plano Diretor de 1971.

Com a implantação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 1973, levou a uma renovação das políticas públicas do município, com a necessidade de introduzir novos serviços públicos. “Em decorrência desse rearranjo da economia local – que, por certo, também sofre os reflexos da economia nacional –, evidencia-se a carência de mão de obra qualificada para ocupar as oportunidades de trabalho que surgem em diferentes setores” (FAS, 2010, p.15).

Ao analisar as ações da municipalidade voltadas para a capacitação profissional pode-se perceber três momentos que são basilares para compreensão dessa política pública, especificamente desde a década de 1980. Destacamos três momentos: As linhas do Ofício, o Liceu de Ofício e a migração da FAS para a SMTE e o posterior retorno aFAS.

2.2.1 AS LINHAS DE OFÍCIO

O projeto Linha de Ofício é a gênese do atual Programa Liceus de Ofícios. A criação desse serviço público ocorreu na gestão do então prefeito Jaime Lerner, onde havia uma ênfase no desejo de caracterizar Curitiba como capital ecológica, essa foi a grande meta daquela gestão (MENDONÇA,2002).

(...) em 1989, surge a Linha de Ofício, assim denominada porque ônibus antigos adaptados em salas de aula levavam a iniciação profissional até a população que dela necessitava. Em termos de formação, essa fase caracterizou-se como de transição entre o desenvolvimento de habilidades manuais e a formação técnica, e os cursos tinham lugar em unidades móveis – os ônibus adaptados (FAS, 2010, p.15).

As Linhas do Ofício receberam esse nome por se tratarem de serviços públicos municipais de capacitação profissionais ofertadas dentro de ônibus que já estavam com sua vida útil vencidas para o transporte público. Não há como não pensar no contexto histórico da gestão municipal naquele momento, pois, como já apontado, era o cenário de uma gestão preocupada com a visão ambiental, a ideia de “reciclar” ônibus, adaptados e remodelados para atender essa demanda, tornando-se semelhante a uma sala de aula. Obviamente o contrato social nessa ação do poder público foi uma forte ferramenta de marketing político para caracterizar as ações governamentais naquele momento histórico.

De acordo com Bittencourt (2002), a aceitação e interesse da população foi grande, pois, além de ofertar uma proposta de qualificação profissional, agregava a possibilidade de ter esse serviço muito próximo da comunidade, pelo fato de se tratarem de ônibus que se deslocavam aos bairros.

Na década de 1980 os cursos eram ministrados nas unidades móveis (ônibus) e em unidades fixas nos Centros de Formação Profissional, que surgiram de um processo de transformação dos Centros Sociais Urbanos. Essas unidades eram locais em que se oferecia à população cursos gratuitos de iniciação profissional. Os Centros Sociais Urbanos eram decorrentes de um Programa Nacional que ocorre de 1975 a 1984, uma ação política social dirigida a áreas e populações urbanas. O Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos – CSU foi criado pelo decreto nº 75.922 de 1975 com a finalidade de promover a integração social, através do desenvolvimento de atividades comunitárias nos campos da educação,

cultura e desporto, da saúde e nutrição, do trabalho, previdência e assistência social e da recreação e lazer.

As políticas urbanas tiveram importância decisiva no crescimento capitalista, sendo o Estado o seu principal mentor. Os investimentos públicos favorecem a lucratividade das atividades produtivas e garantem a reprodução da força de trabalho urbana. Para Manuel Castells (2002), um dos papéis fundamentais do Estado no capitalismo monopolista é prover os elementos essenciais desse processo, particularmente no domínio dos bens e serviços voltados para a lógica do consumo coletivo.



Figura 1 – Ilustração do meio de transporte utilizado nos Liceus de Ofício.

Com o projeto Linhas de Ofícios, surgiu no município de Curitiba um cuidado mais sistemático com a capacitação profissional atrelada às preocupações com as relações sociais de produção. Ofertava-se “cursos de iniciação profissional à população com idade superior a 14 anos, de baixa renda, de modo a atender as necessidades produtivas do capital” (BITTENCOURT, 2002, p. 51), além de atender as demandas políticas do gestor público. Historicamente aumentam as reivindicações e exigências populares em relação à qualificação para o trabalho e através da ação das organizações sindicais e dos movimentos associativos urbanos. Desse modo, tem-se a intervenção estatal, mesmo quando não faz muito sentido, no aumento de sua capacidade de valorizar a descentralização das ações voltadas em termos de qualificar o trabalhador. Como

consequência e reflexo da política pública nacional, o desenvolvimento econômico local é também visto como uma questão de conhecimento espacial.

Portanto, há um complexo padrão interativo, uma vez que o Programa Nacional apresenta uma relação entre a política social e a política urbana. Em primeiro lugar a Política Social emana de um conjunto de iniciativas do Estado que tem como objetivo a redução das desigualdades sociais e, em segundo lugar, as políticas urbanas emergem de um espaço privilegiado de ação decisiva no crescimento da acumulação capitalista. Desse modo, os investimentos públicos na qualificação profissional ora garantem a força de trabalho urbana e ora favorecem a lucratividade das atividades produtivas. O enfoque na adaptabilidade e flexibilidade da política favorecem ambos os movimentos.

No âmbito das instituições e equipamentos sociais, os movimentos associativos urbanos também pressionam a municipalidade para a geração de trabalho, renda e consumo, ampliando as demandas de qualificação profissional.

2.2.2 LICEUS DE OFÍCIO DE CURITIBA

Ao descrever o desenvolvimento histórico da educação profissionalizante dentro das ações da Prefeitura Municipal de Curitiba, destaca-se aqui o ano de 1993, as unidades móveis são desativadas e as unidades fixas são agora chamadas de Liceus de Ofícios, onde os cursos passam a ser realizados. Neste processo de transição as condições político-econômicas do país mudam, levando a reinvenção da atividade de capacitação para uma reaproximação espacial do Estado.

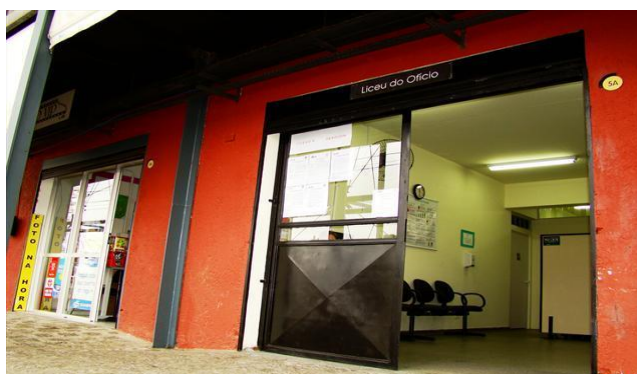


Figura 2 – Ilustração dos Liceus de Ofício.

O Programa de Qualificação Profissional dos Liceus de Ofício começa a se firmar como um fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e distribuição de renda. De acordo com o Protocolo de Gestão dos Liceus, a proposta dos mesmos “deve nortear-se por uma concepção de qualificação entendida como uma construção social” (FAS, 2010, p. 16). Nessa concepção, a qualificação profissional, como uma complexa construção social, inclui uma dimensão pedagógica, ao mesmo tempo em que não se restringe a uma ação educativa, mas não é um processo educativo de caráter exclusivamente técnico.

Quanto mais associada a uma visão educativa que a torne um direito de cidadania, contribui para a democratização das relações de trabalho e para imprimir um caráter social e participativo ao modelo de desenvolvimento (MTE - Plano Nacional de Qualificação, 2003-2007).

O Programa Liceus de Ofício adquire maior robustez dentro da esfera das ações governamentais na medida em que ganha maior visibilidade, pode-se dizer que vai profissionalizando sua gestão e fixam-se objetivos mais claros, alinhados à Política Nacional de Assistência Social. Reconhece-se como programa capaz de contribuir para a auto-sustentabilidade da população em situação de vulnerabilidade social e econômica, mediante a oferta de cursos gratuitos de qualificação profissional que possibilitem o acesso ou a permanência das pessoas no mercado de trabalho.

A organização administrativa da Prefeitura de Curitiba divide-se em dez regionais, “as regionais dividem a cidade em espaços (territórios) menores visando facilitar a administração e, principalmente, aproximar os serviços públicos da população” (IPPUC, 2018, p. 1). No âmbito da política pública, a organização espacial do território permite uma maior localização das demandas com oportunidade de realização de lucro em todos os lugares.



Figura 3 – Ilustração das regionais que contêm Liceus de Ofício.

A partir dessas regionais, tem-se os seguintes Liceus de Ofício, Anexo A– Ilustração dos bairros que contém Liceu de Ofícios em Curitiba (2018).

A dimensão territorial na Política Pública de Assistência Social, constitui-se uma estratégia fundamental para a organização e para a compreensão dos processos que levam diferentes grupos sociais a situações de vulnerabilidade e risco social. O conceito de território não é definido exclusivamente aos limites da Geografia, mas se apoia nela para construir uma perspectiva analítica e de intervenção (KOGA, 2013). O território é estratégico para o estabelecimento de diferentes prioridades no campo das políticas públicas.

2.2.3 LICEUS DE OFÍCIOS SOB A GESTÃO DA SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREGO

Durante a gestão do Prefeito Gustavo Fruet (2013/2016), houve uma mudança significativa na gestão dos Liceus de Ofício, retirou-se da Fundação de

Ação Social (FAS) a atribuição de gerir ações de capacitação profissional e geração de trabalho e renda. A gerência das áreas de capacitação profissional e geração de trabalho e renda, bem como a gestão dos Liceus de Ofícios, passou a ser de competência exclusiva da Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego (SMTE). A mensagem Nº 114/2014 do executivo municipal, solicitou ao legislativo a revogação do inciso IV do art. 41 da Lei nº 7.671, de 10 de junho de 1991, e dava outras providências.

O projeto de lei em questão foi discutido com o corpo técnico dos órgãos envolvidos para fortalecimento da política de qualificação profissional e social, com fundamentos nas diretrizes do Programa Nacional de Qualificação e do Sistema Único do Trabalho e do ACESSUAS.

A transferência da gestão do Programa Liceus de Ofícios e sua estrutura para a Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego é totalmente compatível com seus princípios e objetivos, atualmente definidos pela Lei nº 12.192, de 2007 e no Decreto nº 1.468, de 2007 (Regimento Interno da Secretaria), considerando suas atribuições de competência de prospectar e coordenar relações que representem novas oportunidades para a geração de trabalho, emprego e renda (art. 1º da Lei nº 12.192, de 2007) e de articular as ações e coordenar os programas de qualificação, requalificação e capacitação profissional no Município de Curitiba (...)art. 15, incisos IV e V, Decreto nº 1.468, de 2007). A transferência do Programa Liceus de Ofícios da FAS para a SMTE, foram decididas de acordo com as justificativas seguintes: Reordenamento em âmbito federal no que se refere ao papel de cada política pública na área da Inclusão Produtiva; Reordenamento em âmbito municipal às responsabilidades adequadas a cada política na área da Inclusão Produtiva; Viabilidade de reordenamento estrutural e financeiro. (GONÇALVES, 2015, p. 2).

A justificativa do projeto que sustentou a transferência da gestão do Programa Liceus de Ofícios e sua estrutura para a Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego foi compatível com seus princípios e objetivos, considerando suas atribuições e competência de prospectar e coordenar relações que representem novas oportunidades para a geração de trabalho, emprego e renda e de articular as ações e coordenar os programas de qualificação, requalificação e capacitação profissional no Município de Curitiba.

A medida foi acatada com vinte três votos favoráveis, dois contrários e duas abstenções e foi oficializada mediante alteração nas leis nº 7.671/1991 e 12.192/2007, que definiram as atribuições de cada pasta (CMC, 2015). A mudança de competência teve como fundamento as diretrizes do

Programa Nacional de Qualificação (PNQ), o anteprojeto de lei do Sistema Único do Trabalho e do Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS).

Em 2015 a SMTE iniciou a transferência do Programa Liceus de Ofícios, anteriormente administrado pela FAS, buscando soluções para os problemas nessa fase de transição para a SMTE. “A principal dificuldade encontrada durante o processo de transição dos Liceus deveu-se ao remanejamento dos servidores e a equalização da estrutura organizacional” (CURITIBA, 2015, p. 6).

O público alvo manteve-se o mesmo, voltado para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, entendidas como:

(...) crianças e adolescentes com histórico de moradia e vivência na rua, exploração sexual, trabalho infantil, atos infracionais, violência intrafamiliar (física, sexual, psicológica, moral e negligência), idosos em situação de abandono material e emocional, cidadãos ou grupos que se encontram em vulnerabilidade ou riscos, famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, Identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual, Pessoas com desvantagem social resultantes de deficiência, exclusão pela pobreza e, ou acesso às demais políticas públicas, uso de substâncias psicoativas. (CURITIBA, 2015, p. 7).

O programa Liceus de Ofícios foi transferido da FAS para a Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego (SMTE) com o compromisso de manter os cursos ofertados anteriormente no programa e ampliar o número de horas/aula. No ano de 2015 foram ofertados 16 cursos divididos em 7 áreas: Beleza, Informática, Costura, Serviços, Turismo e Hotelaria, Industrial e Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade (CURITIBA, 2015, p. 26).

Desde o início do ano de 2017, com a gestão do prefeito Rafael Greca (2017/2020), novas mudanças começaram a ocorrer na gestão dos Liceus de Ofício. Agora se inicia o caminho contrário, ao trilhado na gestão do prefeito Gustavo Fruet, houve a alteração na legislação entre 2014 e 2015, agora sob a justificativa do enxugamento da máquina pública, faz-se um reordenamento das secretarias municipais, com a extinção da pasta que passou a gestar a política pública de qualificação profissional.

Atualmente há uma nova transição em curso. Segundo o secretário de Governo Municipal, Luiz Fernando Jamur, em entrevista ao Jornal Gazeta do Povo

em 07/04/2017, haverá um novo projeto de lei que será enviado à Câmara para tratar da extinção de algumas secretarias e da nova reordenação de alguns serviços. Essa reestruturação está sendo estudada por um grupo de trabalho presidido pelo presidente do Instituto Municipal de Administração Pública e composto por cinco secretáriosmunicipais.

A gestão pública é uma realidade que integra um campo de conhecimento e de trabalho relacionado ao organismo público. A relação entre a gestão e a atuação do governo é permeada por interesses dos políticos em se perpetuar no poder. O interesse na permanência do poder, impulsiona ações que afetam as diferentes áreas, como recursos humanos, finanças públicas entre outras. A organização é pública, mas com interesses que afetam toda a comunidade.

3. CONCEITO DE QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO NO LICEU DE OFÍCIOS

Diante do desafio de produzir essa dissertação, faz-se necessário, inicialmente, um trabalho de caracterização dos conceitos que, na realidade, consistem em instrumentos para a análise das políticas presentes nesse texto. Ao falar de qualificação profissional e políticas públicas deve-se, antes de tudo, compreender e refletir o significado de tais realidades, para que se possa discorrer sobre o assunto.

A reflexão acadêmica, nas suas mais diversas áreas de conhecimento, é marcada pelo debate em torno da conceituação do trabalho face às transformações aceleradas próprias do tempo presente. Essa conceituação transforma-se, portanto, em espaço de controvérsias e diferenças, há um grande número de teses que mostra o trabalho como uma noção inacabada: Rifkin (1995), que anuncia o fim do trabalho; outras que questionam o fim do trabalho; Méda (1998), que assinalam o trabalho como um valor em via de desaparecimento; Freyssenet (1993) e Chamoux (1994), que analisam trabalho como invenção social ou noção etnocêntrica. Em síntese, eis algumas das linhas de força que situam o debate.

Nessa pesquisa o trabalho é compreendido por seu viés de valor (COMTE-SPONVILLE, 1995). Reiterando o valor do trabalho digno, na perspectiva do Estado Democrático de Direito, como elemento indispensável para a constituição, crescimento e realização do trabalhador (HESSEN, 1980), potencializando as marcas da condição humana. A intenção é valorizar o direito do trabalho, pela elaboração de um modelo de trabalho livre e digno.

É necessário compreender, para a análise de políticas públicas voltadas para o trabalho, toda a dualidade presente em seu conceito. Portanto o trabalho está ligado à realização de uma obra que seja expressão da vida humana e traga reconhecimento e permanência, ou seja, inscrição social e possibilidade de construção de uma história: trabalho como emancipação (gerador de vida). No entanto, é preciso compreender o trabalho como um esforço rotineiro e repetitivo, sem reconhecimento, nem permanência, mera realização de uma atividade que não deixa vestígios e nem produto final, não faz história, aproxima o homem do animal e reduz a subjetividade humana à sua dimensão real mínima (a dimensão

fisiológica) desconectando, então, as dimensões temporais de passado, presente e futuro e impedindo a construção de projetos de vida: trabalho como robotização (gerador de vazio existencial e doenças).

O desenrolar da concepção pela qual se opta nesta dissertação, exige uma análise entre as teorias que orientam políticas de qualificação para o trabalho. Dentre as várias perspectivas e abordagens elegemos o marxismo e o liberalismo clássico, tendo em vista que os movimentos das políticas, remetem a potencialidades de interpretação dos interesses públicos envolvidos tanto na criação quanto no desenvolvimento das políticas públicas. Conforme seguem descritos.

3.1 O CONCEITO DE QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO PARA O LIBERALISMO CLÁSSICO

Na constituição das redes de interesse sobre a qualificação para o trabalho, estão presentes diferentes conceitos e concepções filosóficas. Em torno da causa de qualificar o trabalhador vulnerável. A valores comuns presentes em na elaboração e implementação de políticas de inclusão social que precisam ser revistos. Entre tais concepções tem-se a concepção de trabalho no liberalismo clássico, que influencia direta e indiretamente as posições políticas dos gestores da municipalidade.

Aqui se faz menção à obra de Adam Smith (1776/2017), que ao falar da divisão do trabalho em *A Riqueza das Nações*, já em seu primeiro parágrafo, faz uma eloquente defesa da divisão do trabalho como responsável pelo aprimoramento das forças produtivas, enaltece-se a divisão do trabalho. Sendo a mesma a causa do aprimoramento das forças produtivas, aparece na obra de Smith (1776/2017) como um dos pilares do avanço produtivo e, portanto, dos ganhos de produtividade.

Adam Smith (1776/2017) desenvolve considerações acerca da divisão do trabalho nas diversas manufaturas, esse termo empregado pelo autor corresponde a algo próximo ao que se verifica atualmente em fábricas que, como a própria etimologia demonstra, denomina algo produzido com as mãos, com a sucessão do

artesanato, e é entendida como essa forma de produção e organização do trabalho. Para o autor é mais compreensível a importância da divisão do trabalho para a sociedade quando analisamos a divisão do trabalho nas manufaturas. Fazendo um paralelo entre as pequenas e as grandes manufaturas, Smith diz que nas grandes manufaturas é mais difícil observar a importância da divisão do trabalho, ainda que nestas ela seja mais efetiva, se comparadas às pequenas.

Prosseguindo com sua exposição, Smith dá alguns exemplos de manufaturas. O exemplo da fábrica de alfinetes mostra em detalhes como a especialização produtiva e a divisão de tarefas traz ganhos de produtividade. Fornecendo contas específicas, no exemplo das fábricas de alfinetes, supõe-se que um trabalhador sozinho talvez fosse capaz de produzir uns 20 alfinetes por dia, ou até menos, se tivesse que conduzir todo o processo do começo ao fim. Em uma pequena fábrica de alfinetes com dez pessoas, graças ao processo integrado de produção e a divisão do trabalho, um trabalhador seria capaz de produzir até 4.800 alfinetes por dia.

Ignorando por completo as diferenças entre os dois tipos de divisão do trabalho mencionados — a divisão técnica e a divisão social do trabalho — a atenção de Smith concentra-se no seu efeito material: o acréscimo de produtividade. Dessa maneira, ele pode apresentar a sociedade como um a mais a manufatura onde o trabalho se divide entre várias unidades separadas, mas complementares, de tal modo que a interconexão entre os produtores salta ao primeiro plano (WN I.i.11). Ainda que cada produtor esteja apenas perseguindo seu interesse individual, ele acaba, dessa maneira, atendendo ao interesse dos demais. Prevalece, portanto, a percepção de uma ordem harmoniosa entre os homens, que deixa em segundo plano os possíveis antagonismos entre os interesses individuais ou os efeitos desastrosos da concorrência sobre os produtores: disputas, falências, desemprego etc. (CERQUEIRA, 2004, p. 434)

Para Smith, o exemplo da fábrica de alfinetes é facilmente aplicado em qualquer outra manufatura, ele desenrola esse exemplo com o intuito de demonstrar com exemplos práticos a defesa da divisão do trabalho, “embora em muitas delas o trabalho não possa ser tão subdividido, nem reduzido a uma simplicidade tão grande de operações” (SMITH, 2017, p. 66).

Os serviços como a agricultura e o uso dos recursos naturais, normalmente, tendem a promover menor divisão do trabalho, na visão de Smith (1776/2017) e a divisão do trabalho gera um aumento das forças produtivas do trabalho. Dando o

exemplo da agricultura, ele demonstra que essa atividade é “primitiva” se comparada à divisão do trabalho nas manufaturas. Comparando as manufaturas e as agriculturas, o autor demonstra que o avanço é percebido nas manufaturas, em vez de repercutir na mesma proporção na agricultura.

De acordo com Smith (1776/2017), a divisão do trabalho encontrada nas manufaturas é muito importante para explicar os aumentos de produtividade dos trabalhadores. O aperfeiçoamento é um dos motivos que leva ao aumento da produtividade, pois na medida em que cresce a habilidade decorrente da concentração em uma única atividade, o que Smith chama de destreza, conseqüentemente aumenta a produção. Em seguida, ele fala da economia de tempo relativo a mudanças de local e de atividades em casos onde não há uma correta divisão do trabalho, acarretando assim uma perda de produtividade. A mecanização do processo produtivo é outro ponto eloquentemente enaltecido, pois a utilização de máquinas, em sua visão, só acrescentou elementos positivos ao aumento da produtividade.

O enaltecimento da divisão do trabalho é sintetizado em três pontos bem específicos: a destreza do trabalhador que leva ao ganho de tempo e o invento da máquina, que conseqüentemente abreviam o trabalho. Smith (2017) utiliza-se de três parágrafos de seu texto para desenvolver esses argumentos, primeiramente desenvolve o argumento acerca da destreza do operário, dando como exemplo a manufatura na fabricação de pregos, em seguida, desenvolve o argumento do ganho de tempo, entre uma atividade e outra, para ele isso é possível não mudando a atividade que se está desenvolvendo. A defesa do uso das máquinas, afirma que focar em uma única atividade dá mais atenção e conseqüentemente aumenta a produção.

Smith, por sua vez, não busca mais a origem da riqueza no comércio, nem cogita confundir-la com o tesouro, pois já a entende como o conjunto dos bens materiais disponíveis para o consumo. Para ele, a fonte da riqueza é o trabalho de uma nação, dividido entre os indivíduos que a compõem e que se distribuem pelos diferentes ramos de produção: trabalho em geral, *sansphrase*, e não apenas o trabalho aplicado na agricultura. É sobre este par de conceitos, trabalho e troca, que Smith apoiará sua reflexão: o desejável crescimento da riqueza é, antes de tudo, o resultado da divisão do trabalho, que deriva da propensão humana à troca. (CERQUEIRA, 2004, p. 431).

Em seguida, após sua defesa e desenrolar dos argumentos, faz uma ressalva indicando que o aperfeiçoamento das máquinas, muitas vezes, pode vir de fora do ambiente mesmo em que elas atuam. Há pessoas, que ele chama de engenheiros e filósofos, que atuam externamente à manufatura, mas que contribuem para a mesma.

É a variedade de ocupações que gera a riqueza. E isso, segundo Smith (1776/2017), é fruto da divisão do trabalho. Na medida em que se vende a força de trabalho, se pode haurir o fruto disso. A partir do exemplo da moradia do artesão e de um trabalhador diarista, é feita uma defesa da divisão do trabalho, pois com um grande número de pessoas que contribuem para a construção dessa habitação, dá-se aos mesmos o conforto necessário à subsistência. Assim como o vestuário que esquentam a todos é fruto da divisão do trabalho de um número, ainda que pequeno, de pessoas.

Ao longo de vários exemplos, de artefatos utilizados e considerados úteis ao dia a dia, vai-se enfatizando a necessidade da divisão do trabalho, que é utilizada na fabricação dos mesmos. Diante do desafio de analisar o conceito de qualificação para o trabalho, tem-se compreendido que o liberalismo clássico ainda influencia fortemente as políticas públicas de geração de trabalho e renda para as populações em situação de desemprego, ou de vulnerabilidade.

3.2 O CONCEITO DE QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO NO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO

A concepção de trabalho formalizada pela economia política clássica aponta para uma definição antropológica (HIRATA e ZARIFIAN, 2003), onde o trabalho é compreendido como característica geral e genérica da ação humana. A história da filosofia tem demonstrado preocupação com os principais problemas que inquietam a humanidade (GRAMSCI, 1991; OIZEMANN, 1973). Deseja-se depurar a relação sujeito-objeto para compreender como o ser humano se relaciona com as coisas, com a natureza, com a vida.

Para Marx (1867/1965), o trabalho é essencialmente uma relação entre o homem e a natureza. Marx deu ao trabalho o caráter material (os homens se

organizam na sociedade para a produção e a reprodução da vida) e o caráter histórico (como eles vêm se organizando através de sua história). Muitos estudos têm sido empreendidos neste século para a identificação e análise da metodologia do pensamento marxista, como Gramsci (1991); Ianni (1985); Konder (1981, 1991); Frigotto (1989); Limoeiro (1991); entre outros.

O ser humano exerce, em relação à natureza, o papel de uma potência natural específica.

Ele põe em movimento sua inteligência e suas forças a fim de transformar matérias e lhes dar uma forma útil à sua vida. Ao mesmo tempo em que age por esse movimento sobre a natureza exterior e a modifica, ele modifica sua própria natureza e desenvolve suas faculdades aí adormecidas (HIRATA e ZARIFIAN, 2003, p. 65).

Quando se levanta a reflexão acerca do trabalho, fala-se de atividade produtiva e isso remete à distinção em relação ao trabalho improdutivo. O trabalho produtivo é àquele que tem a capacidade de modificar o valor de uso das mercadorias ou de proporcionar serviços, gerando riqueza material e imaterial (SINGER, 1977). Mas, no sistema capitalista, apropria-se de parte dessa riqueza em forma de mais-valia, termo que será debatido nessa dissertação. O capital é dividido em duas partes, uma é o investimento gasto com os meios de produção e a outra é a quantia gasta com as forças de produção. Marx (1989) demonstra a redundância existente entre o valor pago ao trabalhador e o valor haurido da sua força de produção.

O trabalhador, durante o processo de trabalho, produz o valor equivalente da sua força de trabalho, ou seja, aquilo que necessita para sua subsistência. Essa produção dos meios de subsistência não é uma produção direta, mas é uma mercadoria particular como, por exemplo, o dinheiro que obtém. Mas a jornada de trabalho pode ser superior, dependendo do valor para seus meios de subsistência, ou aquilo que lhe é requerido pelos meios de produção.

Para Marx, o que diferencia uma sociedade escravocrata de uma sociedade do trabalho assalariado é a maneira como o *mais-trabalho* é extraído do trabalhador. O mais-valor é a parte excedente da jornada de trabalho, o mais valor está para o capital variável da mesma forma que o mais-trabalho está para o

trabalho necessário. As duas proporções expressam a mesma relação, mas de um modo diferente, é o que ele chama de *trabalho objetivado* e de *trabalho fluido*, respectivamente.

O mais-valor é a expressão máxima do grau de exploração da força de trabalho. O trabalhador trabalha metade da jornada para si e a outra metade para os fins do capital, ou seja, enriquece o capitalista. Com diversos cálculos, Marx deseja corroborar sua tese acerca do mais-valor, resumindo-os da seguinte forma: o valor total do produto igualado ao capital constante no produto, a soma de valor restante é o único produto de valor efetivamente criado no processo de produção da mercadoria.

Marx parte da análise, tendo como pressuposto a economia nacional, no desejo de aceitar suas leis e sua linguagem. Supondo-se que a propriedade privada, a separação entre: trabalho, capital, propriedade, salário, lucro de capital de terra, assim como a divisão entre concorrência e conceito do valor de troca. Diante do cenário em que Marx estava inserido, ele constata que o trabalhador se baixa à condição de mercadoria, o que ele chama de a *mais miserável mercadoria*, pondo-se em condição: “inversa à potência (Macht) e à grandeza (Grösse) da sua produção” (1989, p. 79), levando-o a ser considerado necessário à concorrência e a acumulação de capital. Restaura-se o monopólio que iguala o capitalista ao rentista fundiário, o agricultor e o trabalhador da indústria, chegando ao final à conclusão de que toda a sociedade é composta de duas classes: proprietário e trabalhadores (sempropriedade).

Podemos distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou pelo se queira. Mas o homem mesmo se diferencia dos animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida, passo este que se acha condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material. (MARX e ENGELS, 2015, p. 403)

A economia tem como pressuposto a propriedade privada, o material da propriedade privada é como uma lei para ela, mesmo sem explicar de que forma foram concebidas, mas são necessárias à sua subsistência. Não explica porque o seu fundamento está solidificado na divisão entre trabalho e capital, mesmo quando há disparidade entre o salário e o lucro não se presta em explicar tal disparidade, o importante é o rendimento do capitalista. Marx (1989) questiona até

que ponto essa realidade exterior, considerada erroneamente como casual, trate apenas de expressões necessárias ao desenvolvimento. O único fato em evidência é a ganância e a guerra entre os gananciosos(concorrência).

A economia, para Marx (1989), não compreende a conexão do movimento existente entre a concorrência e o monopólio, entre a divisão de terra e a grande propriedade fundiária, pois a concorrência é tida como consequência acidental e não como consequência necessária ao monopólio das corporações. Para ele, há de se conceber a conexão essencial entre a propriedade privada e a ganância, que gera a separação entre o capital e o trabalho.

Marx (1989) afirma que “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão” (p. 80). Na medida em que cria mais mercadoria, inversamente o trabalhador é considerado mais *barato*. Valoriza-se cada vez mais o *mundo das coisas*, o trabalhador não produz apenas mercadorias, mas produz a si mesmo enquanto própria mercadoria, na medida em que produz a mercadoria propriamente dita.

Todo desenrolar do argumento de Marx (1989) demonstra que o trabalhador produz e se coloca estranho àquilo que ele mesmo produz, na medida em que seu trabalho é considerado alheio. O trabalho é coisificado, é uma perda do objeto mesmo do trabalho, é um estranhamento, é a alienação.

Marx se propõe a examinar aquilo que ele denomina *objetivação*, ou produção do trabalhador, e, conseqüentemente, o estranhamento existente entre estes. Segundo o raciocínio desenvolvido, o trabalhador se apropria do mundo externo, por meio de seu trabalho, mas torna-se um servo de seu objeto, “somente como trabalhador ele pode se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador” (1989, p. 82).

Esse estranhamento entre o trabalhador e o objeto de seu trabalho, se expressa pela constatação de que quanto mais se produz, mas longe se fica do que é produzido.

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho

bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (MARX, 1989, p. 82)

A análise de Marx (1989) se dá pelo desejo de entender o estranhamento existente entre o trabalhador e os produtos do seu trabalho. Mas como o trabalhador, que está inserido na produção, percebe-se separado daquilo que produz? Para ele, o produto é o resumo da atividade de produção. Nesse estranhamento do objeto do trabalho resume-se a exteriorização na atividade do trabalhador mesmo.

Dando sequência à sua reflexão, deseja-se entender no que consiste essa *exteriorização*. O trabalho em si é externo ao trabalhador, não pertence ao seu ser, por não se afirmar na concretização dessa atividade, ao contrário, muitas vezes o infelicita.

O trabalho estranhado faz com que o ser humano se dissipe da natureza, de si mesmo e da sua função ativa na natureza, ou seja, a vida genérica torna-se individual. O animal é unido à sua atividade vital, não se separa dela, o ser humano, na medida em que separa essas categorias, torna-se um objeto da sua vontade e de sua consciência, por isso é considerado por Marx um ser genérico, nisso consiste a liberdade, a atividade livre, que vem sendo corrompida pelo trabalho estranhado “o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência” (1989,p.85).

A propriedade privada é a concretização desse trabalho estranhado, exteriorizado. A economia tenta cunhar a ideia de que o trabalho é a alma da produção, mas nada concede ao trabalhador, há aí uma grande contradição. A “opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação”(1989, p. 89).

Chegando ao final do texto de Marx (1989), percebe-se que a síntese de sua reflexão encontra-se na constatação de que a propriedade privada é a expressão material do trabalho exteriorizado. O trabalhador relaciona-se de forma alheia ao fruto do seu trabalho e com o trabalho mesmo. E o não-trabalhador (capitalista) relaciona-se diferentemente com o trabalhador e com o fruto do

trabalho deste, fazendo contra o trabalhador aquilo que o próprio trabalhador faz contra si mesmo, porém, não o faz contra si.

Entender o significado do *trabalho*, com todas as suas nuances, é um desafio, que por si só perpassaria um número significativo de páginas. O foco desse capítulo foi entender o trabalho, tendo como referência o pensamento marxista histórico e dialético: “Foi Hegel quem formulou a primeira teoria filosófica do trabalho, utilizando os resultados a que chegara Adam Smith na economia política (...), Hegel considerava o trabalho como ‘mediação entre o homem e seu mundo’ (ABBAGNANO, 2007, p. 965).

O trabalho se refere à ideia de mediação humana na natureza. Para Marx (2015), os homens começaram a distinguir-se dos animais quando “(...) iniciam a produção dos seus meios de vida, passo em frente que é consequência da sua organização corporal”.

O que se pode concluir é que o conceito de qualificação profissional para o trabalho deve perpassar a concepção marxiana, a fim de que se estabeleça que não é apenas o meio com que os homens asseguram sua subsistência, mas é a própria produção de sua vida (MARX, 2015). Geralmente em condições discriminatórias e com o trabalho em declínio, assim a reestruturação produtiva tem solicitado uma diversificação cada vez maior das relações de trabalho. Não se está simplesmente qualificando profissionalmente, mas qualifica-se o vulnerável. A relação de trabalho incorpora uma força de trabalho precarizado e vulnerável, que se pretende tratar no próximo capítulo.

3.3 CONCEITO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMO FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DO SUJEITO VULNERÁVEL

Nesse capítulo se analisa o conceito de qualificação profissional presente na política pública em questão, que com a remodelação da base material da sociedade em ritmo acelerado tem-se uma nova relação entre o Estado e o capital na qualificação dos vulneráveis. Dessa forma, há de se compreender de qual qualificação profissional se trata.

Ao analisar a oferta de qualificação profissional dentro do âmbito da estrutura dos equipamentos públicos da prefeitura municipal de Curitiba, detendo-se na oferta de qualificação profissional ao público externo, “(...) as ações de capacitação profissional e geração de trabalho e renda, que promovem oportunidades para o trabalho e melhoria da renda familiar” (CURITIBA, 2015, p.1), pois há outra estrutura quando nos referimos à oferta ao público interno dos funcionários e servidores do município, que ocorre por meio do Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP), que em sua própria definição se caracteriza assim: “Desenvolvemos, disseminamos e implementamos instrumentos e metodologias para o aperfeiçoamento contínuo da Administração Pública, contribuindo para a transformação da Sociedade” (CURITIBA, 2018, p. 1).

A qualificação profissional, como categoria teórica, de acordo com Ferretti (2004), só passou a interessar aos pesquisadores e educadores brasileiros quando se instalou o debate sobre os rumos que a educação viria a tomar em função das mudanças cruciais que ocorreram no campo do trabalho a partir da década de 1970. No entanto, alguns setores envolvidos com a formação profissional, em especial o “Sistema S”, já haviam detectado as mudanças e implementaram ações para adequar-se a elas, o que é compreensível dada sua relação mais imediata com o setor produtivo. Portanto, ao falar em “qualificação”, fala-se da área educacional.

Essa constatação, mais ou menos óbvia, necessita, no entanto, ser ressaltada, pois sua apropriação pela área educacional é bastante frequente, dado que esta, de forma menos ou mais direta, trabalha com a formação profissional, um elemento central em ambas as noções. (FERRETTI, 2004, p.402)

A educação escolar, em sentido amplo, preocupa-se com a formação plena do indivíduo (BRASIL, 2008), contribui para a formação profissional de maneira indireta, seja por propiciar-lhe o acesso aos conhecimentos disciplinares e a compreensão do contexto em que o exercício da atividade profissional se realiza ou se realizará.

A escola, por sua vez, se constituiu historicamente como uma das formas de materialização desta divisão, ou seja, como o espaço por excelência, do acesso ao saber teórico, divorciado da práxis, representação abstrata feita pelo pensamento humano, e que corresponde a uma forma peculiar de sistematização, elaborada a partir da cultura de uma classe social. E, não por coincidência, é a classe que detém o poder material que possui também os instrumentos materiais para a elaboração do conhecimento. (Marx e Engels, s.d.) Assim a escola, fruto da prática fragmentada, expressa e reproduz esta fragmentação, através de seus conteúdos, métodos e formas de organização e gestão (KUENZER, 2002, p.3)

Faz-se aqui um paralelo entre os Liceus de Ofício e a escola formal, porém salienta-se que os cursos dos equipamentos públicos denominados Liceus de Ofício, são cursos livres, o que de acordo com o artigo 42, da Lei nº 9.394/1996:

As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (BRASIL, 2008, p.1).

A qualificação profissional ou educação profissional, como recorte específico da política pública dos Liceus de Ofício da FAS, dirige-se à formação profissional em sentido estrito, completando a formação em sentido amplo.

Os cursos livres possuem uma área de atuação limitada, e não oferecem condições para formação com prerrogativa de profissional. Os cursos livres não substituem os cursos superiores e não dão condição de assumir ao trabalhador responsabilidade técnica e profissional. Há de se entender os cursos livres na dinâmica da possibilidade de adquirir conhecimentos amplos sobre uma determinada área de atuação.

Compreender o conceito de Qualificação Profissional nas Políticas Públicas exige um olhar para outros dois conceitos, que se entrelaçam, para compreender a relação entre o discurso político da qualificação: *Emprego e desemprego*.

O desemprego aberto, o subemprego e as condições precárias do trabalho, por um lado, e as ondas de falências de pequenas e médias empresas e de micro-empresendimentos familiares, por outro, são indicadores cotidianos da face mais regressiva deste estilo de desenvolvimento que se quer promover como a única

forma de realização da revolução tecnológica contemporânea. (CORAGGIO, 1996, p. 87).

O tema da qualificação profissional, remete às políticas de emprego adotadas pelo governo brasileiro nas suas diversas esferas. Os programas de qualificação implementados pelo poder público busca inserir os egressos no mercado de trabalho.

Nesse sentido, poder-se-ia dizer que, enquanto o capitalismo brasileiro se desenvolve satisfatoriamente, a Nação, a maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica e em grande medida devido ao dinamismo do sistema ou, se se quer, do tipo de dinamismo que o anima. (TAVARES, 1974,p.157).

A exclusão e inclusão no mercado de trabalho perpassam as mudanças organizacionais comumente observadas, que agregam constantemente novos critérios quando se deseja definir emprego, desemprego e subemprego. De acordo com Pochmann (2000), as transformações no mercado de trabalho fazem com que se ampliem os requisitos para a contratação, dessa forma, a qualificação ganha um status de destaque no contexto socioeconômico, mas, a lógica de discussão dos gestores é a de que basta qualificar para automaticamente gerar emprego, porém, sabe-se que não é exatamente isso que ocorre.

A análise dessa política pública deixa claro que ainda que exista uma relação com a educação, a política pública é restritiva, posto que, não está vinculada a Secretaria Municipal de Educação, mas, é voltada ao vulnerável, o serviço público está vinculado a FAS, que é a gestora da assistência social. No artigo 203 de nossa Constituição Federal temos que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” (BRASIL,1988), logo se vê que não se trata simplesmente de uma política educacional, pois seu intento é formar um público específico e de formaseletiva.

Há diversas abordagens que buscam explicar a marginalidade e a exclusão social. Nessa dissertação dá-se uma ênfase à dinâmica atual dos processos de marginalização que se caracterizaria pela vulnerabilidade, ou seja, a precarizaçãodo trabalho e a fragilidade dos serviços públicos que deveriam dar suporte ao cidadão (CASTEL,2006).

Percebe-se, assim, que a precariedade do trabalho ou o desemprego e a fragilidade das redes relacionais, estão freqüentemente associadas e ampliam os riscos de queda da vulnerabilidade, para o que eu chamei de desfiliação, isto é, a conjunção perda de trabalho isolamento relacional. (CASTEL, 2006, p. 32)

Trata-se de um modelo de fragilidade, onde as situações marginais se dão num processo de desligamento, em relação ao trabalho e em relação à inserção relacional. O indivíduo vulnerável carece de integração social. Para Castel (2006) distingue-se:

(...) três gradações em cada um desses eixos: trabalho estável, trabalho precário, não-trabalho; inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. Acoplando estas gradações duas a duas obtemos três zonas, ou seja, a zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), a zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade, que prefiro chamar de zona de desfiliação para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional. (p.23).

A vulnerabilidade social, sem dúvida, é uma condição social de determinadas pessoas que são consideradas marginais ou aqueles que fogem à institucionalização. Todavia, não é esse o objetivo central de análise dessa dissertação, produz-se aqui algumas inflexões que conduzem, ao menos, a reatualizar esse esquema de interpretação.

3.4 A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO SUJEITO VULNERÁVEL

Uma revolução tecnológica concentrada em tecnologias da informação começou a remodelar as bases da sociedade em ritmo acelerado (CASTELLS, 2002). As novas tecnologias integram o mundo todo e desintegram as periferias do capitalismo, a tendência social e política é a construção da ação social e das políticas públicas de proteção social enraizadas no território.

As mudanças acontecem em uma velocidade acelerada, para Winner (1986) encontramos a ideia de que a tecnologia abriga relações sociais e, portanto, relações de poder. Ele propôs a compreensão pela qual os artefatos podem conter política, envolvendo arranjos técnicos e a ordem social, diz respeito às maneiras

como a invenção, o design ou a disposição dos artefatos ou do sistema tornam-se um mecanismo para a resolução dos assuntos da sociedade. De acordo com Bijker, Hughes e Pinch (1989), uma das características mais marcantes no crescimento dos estudos de ciências nos últimos anos têm sido a separação entre ciência e tecnologia. Os estudos sociológicos de novos conhecimentos em ciência abundam, assim como estudos de inovação tecnológica, mas até agora houveram poucas tentativas para reunir esses campos de conhecimento. Ciência e tecnologia são essencialmente diferentes, no entanto, há uma tentativa de tratá-las dentro da mesma compreensão. O estudo da ciência e da tecnologia deve e pode beneficiar a sociedade.

Requer-se que os diversos atores sociais redefinam sua postura, os modelos e modos organizacionais e produtivos são colocados em questão, exigindo reestruturação desde o chão da fábrica até aos serviços de gerenciamento. Nesse contexto, onde trabalhadores despontam como prioridade num mercado competitivo e flexível, enseja-se compreender a importância da qualificação profissional como política pública.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (1998), a qualificação profissional é uma necessidade, diante do contexto da dificuldade de empregabilidade do trabalhador, porém, não devemos culpabilizar a vítima do sistema capitalista. “O processo de desemprego, na lógica excludente do projeto neoliberal, faz a sua retórica culpando a própria mão de obra pela não qualificação profissional e por consequência culpando os trabalhadores pelo desemprego” (RODRIGUEZ, 2015, p.43).

No processo de desemprego, o liberalismo atual lança mão do conceito de empregabilidade, como se todo o problema da qualificação estivesse nas mãos do sujeito marginalizado. Basta querer se qualificar para o trabalho que o problema está resolvido. Assim o conceito de empregabilidade é definido por Cardoso, Caruso e Castro (1997, p. 12) como a “capacidade de preservar a ocupação atual (num ambiente onde se instabilizam os requerimentos vis-à-vis à mão-de-obra) ou, mesmo, de vir a reempregar-se (...) em caso de perda do emprego”. Para Hirata (2003), a empregabilidade refere-se à possibilidade de obter um emprego. O emprego, em linhas gerais, é a inserção da força de trabalho no processo de

produção. Na qualificação profissional proposta pelos Liceus a empregabilidade é mínima situa-se nas franjas do processo produtivo.

O projeto neoliberal crescente trouxe a questão do desemprego e da qualificação da mão-de-obra para o centro do debate, nesse contexto, o discurso da empregabilidade ganha força, mas, precisa-se desenvolver uma análise crítica do conceito. Por vezes, a compreensão mais difundida de empregabilidade, apresenta a proposta de um conceito mais abrangente que assume que as chances de recolocação de um trabalhador dependem apenas de suas estratégias e características pessoais. Porém, as políticas de recrutamento e as condições do mercado de trabalho, não devem furtar-se de sua responsabilidade social, para isso há necessidade de uma legislação e o poder regulamentador do Estado com políticas públicas que devem estar atentas aos problemas do mercado de trabalho.

Na reflexão marxista, argumenta-se que o fato do trabalhador ser desempregado pelo uso de máquinas não gera capital necessariamente em outros setores da economia. Para Marx (1980), ocorre uma transformação do capital variável em capital constante, ou seja, gasta-se na compra de máquinas ao invés de pagar os salários. Na realidade brasileira, onde os problemas sociais e econômicos são herança contínua, surgem desafios permanentes de enfrentamento, relativos ao desemprego, à informalidade da mão de obra, ao subemprego. As políticas de trabalho e emprego constituem alternativas, com o propósito de corrigir velhos e novos problemas. Pochamnn (2000) diz que os excluídos encontram-se impossibilitados de alcançar o emprego e o rendimento. Isso não gera apenas a exclusão dos bens materiais, mas sua autoestima também é reduzida.

De acordo com Singer (1977), não se pode aceitar a tese de que o processo de desenvolvimento não absorveu os recursos humanos disponíveis, mas sabe-se que o desenvolvimento tecnológico eliminou a necessidade de mão de obra precária. Esse enfoque da questão, que tem embasado a discussão acerca da problemática do emprego nos países subdesenvolvidos, é problemático, pois não existem simplesmente excluídos no sistema capitalista, o que há é uma exclusão para uma posterior inclusão, algo que gera um sofrimento ético e político para o trabalhador (FORRESTER, 1997).

(...) o exercício profissional parece cada vez mais ser uma atividade alienada ou alienante, quando submetido ao modo de produção capitalista. Se a palavra alienação aparece mais atrelada à condição do emprego a que se pensa sobre a ausência deste. O emprego tem a natureza de emprego, à aplicação ou uso, à maneira de prover a subsistência mediante ordenado, salário ou outra remuneração a que se faz jus pelo trabalho regular em determinado serviço, ofício ou cargo. (DIAS, 2009,p.51).

Antunes (1995) compreende que o trabalho encontra-se desviado perversamente na forma de emprego, e a absorção de recursos humanos implicaria uma situação em que todos os adultos em idade de trabalhar lograssem obter um emprego razoavelmente remunerado. Singer (1977) critica essa postura, salientando que, sob essa forma de pensar, o emprego deixa de ser encarado como uma atividade e passa a ser visto como apenas uma maneira de obtenção de uma parcela dos frutos da atividade produtiva.

Para a OIT (1998), o desemprego e o subemprego são responsáveis pela exclusão social das pessoas, provenientes da limitação de oportunidades. De acordo com Paiva (2001), o grande paradoxo da hegemonia neoliberal é que não há solução fora da regulação global, e não é possível assegurar a segurança pública e a paz social sem formas novas de regulação da equação inclusão/exclusão. O problema do desemprego e da inclusão/exclusão como termos complementares tornaram-se centrais no debate acadêmico e político e na realidade cotidiana da população.

A condição de assalariado e a promoção do acesso ao trabalho introduzem uma questão contraditória, uma vez que, ao mesmo tempo em que libertam o sujeito, aprisionam-no à tutela contratual. Esta condição encerra em si mecanismos de inclusão e exclusão nos quais o trabalhador está constantemente subordinado a uma economia capitalista excludente (DIAS, 2009, p. 56).

Destacam-se nesse grupo os mais jovens, um contexto diferente, onde cada vez mais se presencia esse "processo crescente de exclusão dos jovens" (ANTUNES, 1995), dos mais velhos e dos menos qualificados.

A classe trabalhadora tornou-se mais qualificada em vários setores, mas desqualificou-se em diversos ramos. Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador "multifuncional", e de outro, uma massa

precarizada, sem qualificação, que hoje está presenciando o desemprego. (Antunes, 1995, p. 112).

Os debates em torno da exclusão e da sua relação com a pobreza deve assumir lugar de destaque no discurso político. O trabalho e o trabalhador precisam de uma abordagem preferencial, no encaminhamento da gestão pública. As situações de pobreza e as conseqüências advindas dessa condição, afetam uma parcela significativa de trabalhadores.

Quando se fala em classe trabalhadora, estamos nos referindo a uma classe que fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se, entre os qualificados e desqualificados, os que se situam no mercado formal ou informal, entre os jovens e velhos, homens/mulheres, estáveis/precários, imigrantes etc. (DIAS, 2009, p. 25).

Compreende-se assim que as políticas públicas pautam suas ações em torno do binômio qualificação/ emprego como alternativa para a inserção profissional.

Para o Estado brasileiro, a educação básica é antes de tudo uma obrigação legal, um direito dos cidadãos garantido pela Constituição Federal de 1988, reforçado na LDB nº. 9394/96, compreendendo a educação que os indivíduos têm do nascimento à conclusão do ensino médio. Sendo assim, as políticas públicas para a educação nos anos 90 irão refletir essa obrigação e tentar responde-la de acordo com as orientações internas e externas à política de reforma do Estado assumida pelo governo. (OLIVEIRA, 2001, p. 61).

Observa-se a necessidade de um novo perfil do trabalhador para o desempenho de novas e desafiadoras tarefas.

A revolução tecnológica de nossos dias estaria levando à superação do paradigma taylorista-fordista de organização do trabalho, com a supressão do trabalho desqualificado e restrito, e exigindo qualificações novas e mais elevadas. De um lado, a automação, com suas exigências de habilidades e linguagens específicas e, de outro, as novas formas de gestão e organização empresarial demandariam a substituição do trabalho mecânico, repetitivo e sistemático pelo trabalho de características mais criativas. As novas condições técnicas e organizacionais do trabalho estariam exigindo a formação do trabalhador polivalente, multihabilitado, portador de conhecimentos mais elevados e de traços comportamentais requeridos pelo trabalho participativo, cooperativo. (MORAES, 2001, p. 18).

O ser humano utiliza a razão como estratégia de sobrevivência, por meio de técnicas para ultrapassar limitações e maximizar resultados. A técnica é algo associado à natureza do homem, portanto, a operação técnica está ancorada em uma tradição histórica e é limitada pelo conhecimento daqueles que a criam. No entanto, há um clima de perfeição que leva à aventura de novas invenções e que mergulha a técnica em uma corrida fugitiva sem fim. Ellul (2003) diz que a técnica não é boa nem ruim, a técnica será boa desde que seja utilizada com critério para fundamentar sua administração.

Os Liceus de Ofícios pretendem capacitar seus alunos através do ensino utilizando-se de técnicas. O número de horas aplicadas ao estudo, a sua distribuição espacial, a discriminação dos sujeitos desta política constituem características que refletem a organização social e econômica e os resultados de contratos sociais e reformas institucionais (Castells, 2002). O Estado, portanto, lança mão de técnicas para impor seus objetivos e manter uma aparente homogeneização dos trabalhadores. Ao gerir as ações de capacitação profissional e geração de trabalho e renda, o discurso da promoção de oportunidades para o trabalho e melhoria da renda familiar revela os ideais do neoliberalismo presentes na política pública. Ao gerir as ações de qualificação profissional, pautadas na otimização do uso de espaços públicos, a regulamentação do contrato social está fortemente fixada em orientações técnicas de diferentes países e legislações, revelando tendências hegemônicas do capital na condução das políticas assistenciais.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

4.1 REVISÃO DA LITERATURA

Realizou-se levantamento bibliográfico para buscar as principais referências sobre o tema dos Liceus de Ofício. A elaboração do problema é fruto da revisão de literatura e da reflexão pessoal (CERVO e BERVIAN, 2002). Essas referências de revisão de literatura foram encontradas em diferentes formatos, ou seja, livros, sites, vídeos institucionais e artigos científicos. Desejou-se levantar tudo que pudesse contribuir para a compreensão do objeto de estudo investigado. De acordo com Marconi et al (2002), o pesquisador deve estar atento a toda a produção literária que diz respeito ao tema de estudo, colocando o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre o assunto.

A pesquisa exploratória (GIL, 2008) constituiu a primeira etapa da investigação, foi realizada com os descritores: “qualificação profissional” e “liceu de ofício”, definida como uma “(...) discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados” (GIL, 2008, p. 27). A adequada formulação do problema requer uma revisão bibliográfica preliminar. O pesquisador precisa tomar contato com um certo número de livros e artigos de periódicos para que possa formular de maneira clara a resposta ao problema de pesquisa.

Com a delimitação dos descritores desejou-se demonstrar que o tema dessa dissertação é viável e relevante academicamente, com uma contribuição científica e social. A relevância acadêmica e científica do tema é demonstrada pela pouca produção científica nas bases de dados. A relevância social da dissertação está, por se tratar de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A constituição fundamental do método histórico amplia a pesquisa sobre as instituições escolares profissionais, pois possibilita a utilização de fontes tais como obras gerais, históricas, sociológicas, filosóficas, econômicas, literárias, biográficas, publicações periódicas (MURASSE et al, 2001). São essas inúmeras fontes que fornecem os elementos que permitem tecer as relações travadas pelos homens numa determinada época.

As fontes para a história da educação do Brasil são múltiplas e diversas. Sobretudo, se a considerarmos não apenas em seu aspecto institucional de escolas e sistemas escolares, mas no outro, mais exato e mais geral, de transmissão do patrimônio cultural da espécie, desdobrado em hábitos, conhecimentos, sentimentos e ideais. Assim sendo, o campo de investigação se amplia e de certo modo tangencia, quando não corta, os demais em que se desenvolve a história de um povo. (VENÂNCIO FILHO, 1945, p. 369)

Fez-se uma pesquisa na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que agrega informações de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico. Utilizando-se o descritor “qualificação profissional” agregado ao descritor “de”, foram encontrados sete resultados, sendo seis teses e uma dissertação, com pesquisas realizadas desde 2004 até 2016, porém sem nenhuma aderência ao tema de pesquisa dessa dissertação, pois tratam-se de pesquisas distantes do foco proposto por esse trabalho.

A pesquisa no portal de periódicos CAPES, uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza uma gama enorme da produção científica nacional e internacional, utilizou no primeiro momento o descritor “qualificação profissional”, realizada em 2018, identificou 4.532 publicações, o que exigiu uma busca mais apurada. Utilizando o recorte no portal obteve-se um total de 1.351 publicações. Somando o descritor “Liceu de Ofício” foram encontrados somente seis artigos científicos.

Em pesquisa realizada na base de dados Scielo, com o descritor “qualificação profissional”, foram localizados 35 artigos e, ao filtrar os artigos publicados dentro dos últimos cinco anos, se identificaram somente três artigos. Desses artigos somente dois dizem respeito ao tema de pesquisa, Oliveira (2013) escreve sobre as demandas por qualificação profissional em que levantou documentação referente aos jornais recifenses da época, documentos de associações patronais na cidade, publicações de organizações de trabalhadores e documentos de governo. Conclui-se que a inexistência de ações de trabalhadores e do patronato voltadas à qualificação profissional pode ser explicada pela

incipiente industrialização. Constatou-se que os critérios estabelecidos para a contratação não se relacionavam diretamente com a atividade a ser desenvolvida.

Musse & Machado (2013) discutem que a educação profissional é um tema de extrema relevância na atualidade brasileira. No entanto, pouco se sabe sobre quem são os indivíduos que cursaram qualificação hoje no Brasil e se há um diferencial de rendimento favorável aos mesmos. Para que se conheçam os perfis, é usado o Suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2007. Através de análises concluiu-se que os inativos são os que mais procuram esse tipo de qualificação. Com relação aos ocupados, observa-se que cursar Educação Profissional acresce o rendimento no mercado de trabalho.

Ainda no site do Scielo, ao cruzar os descritores “Liceu de Ofício”, não foi encontrado nenhum artigo, ao cruzar o descritor “política pública” se identificou um artigo. Bulhões (2004), no artigo "Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – Planfor: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul", considera que o Plano estabeleceu objetivos gerais ousados: a democratização do acesso à qualificação profissional; a busca de um modelo de desenvolvimento sustentado e uma nova forma de atuação do Estado. Seus acertos concentraram-se no primeiro e terceiro objetivos, enquanto seus limites se fizeram sentir com maior peso no segundo.

A revisão de literatura científica, apresentada até aqui, deseja salientar uma abordagem crítica sobre essas fontes para o desenvolvimento dessa dissertação. A análise oferece possíveis caminhos para conduzir a discussão a partir delas. Essa busca em base de dados revelou desse modo que existe uma carência de estudos e pesquisas sobre a temática da qualificação profissional no Liceu de Ofício. Porém as poucas pesquisas sobre a qualificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade demonstram a importância e relevância desse tema.

4.2 O ACESSO À INFORMAÇÃO

Nessa etapa da pesquisa realizou-se um levantamento do acesso de dados, que teve por finalidade levantar algumas das principais referências sobre o tema dos Liceus de Ofício. No tocante as ações que visam à transparência no setor público, foi criado pela Prefeitura de Curitiba um portal na internet onde é possível

aos cidadãos acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos no município de Curitiba, conforme a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010. É possível encaminhar dúvidas aos gestores municipais.

Como parte de uma iniciativa muito maior de transparência e cidadania participativa, o Portal de Dados Abertos e Curitiba é uma ação da Prefeitura Municipal de Curitiba de disponibilização, através da internet, de documentos, informações e dados governamentais de domínio público para a livre utilização pela sociedade, garantindo à mesma, acesso aos dados primários, de forma que possam ser reutilizados produzindo novas informações e aplicações digitais para a sociedade. (PMC, 2009)

No portal da Transparência da Prefeitura de Curitiba são disponibilizadas bases de dados dos diversos órgãos do Governo Municipal de Curitiba. As bases serão disponibilizadas em formato aberto para uso, sem a necessidade de assinatura de termo ou de identificação pessoal, com ou sem finalidade comercial. Caso haja interesse por qualquer base que não esteja já disponível e que pelas legislações nacionais e municipais possam ser disponibilizadas, solicita-se através do e-mail: . Por meio do e-mail, em 2018, foi solicitado mais informações acerca dos Liceus de Ofício, tais como legislações, histórico e dados de acesso aos cursos.

Por via eletrônica, o gestor do Portal de Dados Abertos de Curitiba, vinculado a Secretaria de Informação e Tecnologia, disponibilizou alguns relatórios de Indicadores Operacionais do ano de 2016, 2017 e 2018, que permitem fazer uma análise. Os relatórios são ferramentas de pesquisa, servindo de instrumento para se investigar as mudanças que transformam o processo de oferta e de demanda cursos de qualificação nos Liceus de Ofício.

4.2.1 A ANÁLISE DE POLÍTICA PÚBLICA

Para a análise da política pública em questão, utiliza-se Dagnino et al (2002), que no seu artigo apresenta uma discussão metodológica. Deseja-se, por meio de um método de análise da implementação de políticas públicas, compreender questões presentes no ambiente institucional, através dos determinantes da política institucional. A utilização de um método contribui para despertar um olhar mais crítico sobre a instituição pública. Deseja-se nessa

dissertação fazer uma análise documental baseada nas legislações e acordos que balizam a oferta do serviço público, esse exame:

(...) vai muito além dos estudos e das decisões dos analistas, porque a política pública pode influenciar a vida de todos os afetados por problemas das esferas pública (policy) e política (politics), dado que os processos e os resultados de políticas sempre envolvem vários grupos sociais e porque as políticas públicas se constituem em objeto específico e qualificado de disputa entre os diferentes agrupamentos políticos, com algum grau de interesse pelas questões que têm, no aparelho de Estado, um locus privilegiado de expressão. (DAGNINO et al, 2002, p. 55).

A Análise de Política englobou um grande espectro de atividades, todas elas envolvidas, de uma maneira ou de outra, com o exame das causas e das consequências da ação governamental. Com o objetivo de compreender os problemas com que se defrontam os operadores da política, fez-se um levantamento das legislações que balizam a oferta dessa política pública, visando compreender o fundamento legal do serviço em questão.

Entendam-se as Políticas Públicas como análises que desejam compreender:

a origem e a ontologia de uma área do conhecimento (...) A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica (...) estudos e pesquisas nessa área, que se concentram, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. (...) teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas (SOUZA, 2006, p. 27).

Para relacionar com bases teóricas dentro do papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre as ações governamentais.

Essa dissertação recorre a contribuições de uma série de disciplinas diferentes, a fim de interpretar as causas e as consequências da ação do governo, em particular, ao voltar sua atenção ao processo de formulação de política. Ele considera, ademais, que Análise de Política é uma subárea aplicada, cujo conteúdo não pode ser determinado por fronteiras disciplinares, mas sim por uma abordagem que pareça apropriada às circunstâncias do tempo e à natureza do problema (DAGNINO, 2002, p. 55).

Para Lombardi (2010), Marx e Engels não se preocuparam em analisar especificamente a educação ou o ensino, nem mesmo desejaram discutir ou

propor uma teoria pedagógica. Porém, seus escritos sobre a educação, o ensino e também sobre a qualificação profissional podem ser identificados ao longo de suas obras, mesclando às críticas das teorizações e as práticas burguesas.

Esta dissertação enquadra-se no que Dagnino (2002) classifica como “técnica”, pois o interesse maior do pesquisador é acadêmico. O caráter de análise sugere uma preocupação direcionada à “análise da determinação da política (postura normativa) do que à “análise do conteúdo da política” (postura descritiva) (DAGNINO, 2002, p. 60). A posição não-engajada é válida na medida em que a isenção permite uma análise mais rigorosa.

Utiliza-se um modelo para entender as relações entre Estado e sociedade. A visão adotada como guia para a análise não é neutra, “as análises neutras, desprovidas de valores, são um mito” (DAGNINO, 2002, p. 60). Mesmo quando se trata apenas de descrever e não de prescrever, nesse caso, como em outros que envolvem uma escolha onde a postura ideológica dificilmente pode ser colocada de lado, a opção realizada não é simplesmente metodológica.

A visão de análise parte do marxismo histórico e dialético, que pressupõe a influência dos interesses econômicos na ação política e vê o Estado como um importante meio para a manutenção do predomínio de uma classe social particular.

Há um esforço de aprofundar teoricamente o marco conceitual das categorias de análise presentes nessa dissertação, na medida em que os conceitos são desenvolvidos (MONTEIRO, 2012). Portanto, aprofundar a sua análise pressupõe desvelar quais os princípios que sustentam esses conceitos e compreender sua importância na pesquisa.

Compreender a política pública da qualificação profissional nos liceus de ofício na Cidade de Curitiba exige uma atenção ao ordenamento legal, um aprofundamento no conhecimento sobre as legislações que regem as ações do poder público, faz-se necessária uma análise das políticas públicas da prefeitura e suas mudanças na gestão dos Liceus de Ofícios. Ao final se fez um estudo dos indicadores de resultados das políticas com os dados dos últimos três anos.

A Tecnologia e o Trabalho são realidades históricas, culturais e econômicas que criam, impactam, modificam e alteram a realidade social e natural. Essa dissertação analisa essas alterações e modificações, investigando, sobretudo a

partir de uma perspectiva interdisciplinar. As relações entre a tecnologia e o trabalho no campo CTS, são tratadas a partir dos autores Gaudêncio Frigoto (2007) e Dermeval Saviani (2007) e Celso João Ferretti (2004), distanciando-se de uma abordagem que percebe a tecnologia em perspectiva autônoma, neutra e determinista (DAGNINO e NOVAES, 2006). A partir de autores como Latour e Woolgar (1997), procura-se analisar que a atividade científica é construída socialmente.

Ao investigar os enunciados que tratam da natureza e da importância do trabalho em obras específicas de teóricos como Karl Marx, Friedrich Engels e Adam Smith, a fim de discutir criticamente as diferentes perspectivas sobre a centralidade do trabalho. Desejou-se estabelecer relações com as bases teóricas dentro do papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre as ações governamentais.

5 ANÁLISE DOS DADOS

A partir do exposto na descrição da metodologia e nas reflexões realizadas tendo como norteadores os autores acima descritos que constituíram o marco teórico, verificou-se a necessidade de aprofundar a temática das legislações que subsidiam a política pública do Liceu de Ofícios em suas múltiplas interações com o objeto de estudo.

5.1 LEGISLAÇÕES SOBRE A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Os cursos livres têm como Base Legal o Decreto Presidencial Nº 5.154, de 23 de julho de 2004, a Constituição Federal em seu Artigo 205/CF, “caput”, prevê que a educação como direito de todos e será incentivada pela sociedade. Essa prática é defendida também pelo Artigo 206/CF que prevê que o ensino será ministrado com base em alguns princípios. A Lei nº 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional contempla que os cursos livres passaram a integrar a modalidade de Educação Profissional. Conforme a Lei nº. 9394/96, o Decreto nº. 5.154/04.

Parte-se, então, da Constituição Federal, passando pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a outras leis, decretos, deliberações e pareceres.

Não existe uma única legislação que regule estes cursos, porém, sua base legal está presente em diversas leis. Esses cursos não são passíveis de regulação por parte do Ministério da Educação, portanto não há uma rigidez de exigências de escolaridade anterior. Essa gama de cursos atende a população com o objetivo de oferecer profissionalização rápida para diversas áreas de atuação no mercado de trabalho, por exemplo: Informática, Atendimento, Secretariado, Webdesign, Segurança, Idiomas, Culinária, Corte & Costura, Estética, Beleza, etc. Quando chamamos de livre, compreendemos que não existe a obrigatoriedade de carga horária podendo variar entre algumas horas ou vários meses de duração, disciplinas, tempo de duração e diploma anterior.

No desejo de encontrar a referência que baseia a ação de uma unidade pública, há de se entender inicialmente um princípio fundamental dentro dessa realidade, que é o princípio constitucional da legalidade. Este princípio da

legalidade é uma garantia para os gestores do poder público, ele representa total subordinação do poder público à previsão legal. A legalidade alicerça o Estado de Direito. Esse princípio é um dos mais importantes para a Administração Pública.

O princípio da legalidade está expresso na Constituição Federal no art. 37:

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Este artigo da constituição dispõe sobre todos os órgãos públicos dos três poderes. Também se encontram bases desse argumento, fundamentado no art. 5º onde lemos que: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”. O artigo 5º nos dá o pressuposto de que tudo o que não é proibido, é permitido por lei. Mas o administrador público deve fazer as coisas sob a regência da lei imposta. Dessa forma, só pode fazer o que a lei lhe autoriza, não pode se distanciar dessa realidade, caso contrário será julgado de acordo com seus atos.

Entendendo essa premissa básica, conclui-se que absolutamente nada no serviço público poderá ser feito, alheio a uma legislação que fundamente. Portanto, com intuito de entender a unidade pública, denominada Liceus de Ofício, se lança mão de uma série de legislações que dão a base de seu funcionamento.

5.1.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Para Oliveira (2007), nos anos 1990 as políticas públicas de emprego foram o resultado das possibilidades institucionais derivadas da Constituição de 1988 com a ampliação de direitos sociais, mas ao mesmo tempo diante de um cenário de orientação neoliberal na conduta do país. De acordo com o artigo 205 consta o seguinte:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com a constituição, entende-se que a educação é um direito de todos e deverá ser incentivada pelo Estado conjuntamente com toda a sociedade. Dessa forma, entende-se que os cursos livres corroboram essa premissa legal, que prevê que a educação é direito de todos e sua oferta é entendida com o intuito de promoção educacional.

No artigo 206 da constituição Federal consta que a educação deverá ser ministrada com base em alguns princípios, de forma especial se analisa o inciso II desse artigo, onde se lê: "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber". Partindo da Constituição Federal Brasileira, temos uma primeira base legal da oferta dessa modalidade de formação.

5.1.2 LEI DAS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

A lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional traz que os cursos livres passaram a integrar a Educação Profissional, que é a modalidade de educação não-formal de duração variável, destinada a proporcionar ao trabalhador conhecimentos que lhe permitam profissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o trabalho.

Em seu artigo primeiro, falando acerca da educação, no seu segundo parágrafo lemos: "*A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social*". Ou seja, todas as etapas educativas contempladas na LDB em todos os seus níveis deve remeter a essa preocupação com o mundo do trabalho. A LDB não cita exigências de escolaridade anterior para esta modalidade de ensino.

No artigo 42 se lê o seguinte:

As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

Em seu artigo segundo, quando a LDB trata sobre os princípios e fins da educação, lemos que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”

No artigo 40 temos que:

A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”

Após citar esses artigos presentes na maior legislação sobre a educação brasileira, compreende-se que não há longa referência para essa modalidade de ensino, denominada de cursos livres, porém implicitamente se verificam as bases para uma compreensão abrangente da transformação destes cursos em mercadorias que desde a sua origem são vinculados à lógica do consumo, deslocando o seu valor de uso em valor de troca pelocapitalista.

5.1.3 DECRETO Nº 5.154 DE 23 DE JULHO DE 2004.

Este Decreto do executivo federal, regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

De acordo com esse decreto, a educação profissional, prevista no art. 39 da LDB, será desenvolvida por meio de cursos e programas, que no inciso I traz a seguinte redação: "qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores".

Promulgado o novo Decreto 5.154, constata-se, de imediato, mudanças de nomenclatura, como já se pode ver em seu artigo primeiro:

A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; e

III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. (BRASIL, 1996)

A formação inicial e continuada de trabalhadores veio tomar o lugar dos cursos denominados de nível básico, tendo por princípio as mesmas finalidades.

No artigo terceiro dessa lei, temos:

A educação profissional compreende os seguintes níveis: básico destinado à qualificação e re-profissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia. (BRASIL,1996).

Além da nomenclatura, que foi substituída com a intenção de não se confundir com a Educação básica de nível escolar, visto tratar-se de cursos e programas da educação profissional, a qual também não é um nível escolar, mas uma modalidade de educação profissional.

5.1.4 PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO – PNQ,2003-2007

O Plano Nacional de Qualificação, instituído pelo então presidente Lula no ano de 2003, desejou estabelecer uma articulação entre o trabalho, a educação e o desenvolvimento, considerando a qualificação social e profissional um direito do trabalhador e instrumento indispensável à sua inclusão e aumento de sua permanência no mundo do trabalho.

De acordo com Frigotto:

(...) os programas que articulam a escola e a qualificação técnico-profissional mais diretamente aos processos de 'inserção social' precária. Os dois maiores programas desse tipo são o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor) – que no governo Lula se transformou em Plano Nacional de Qualificação (PNQ). (2007, p.267)

O Planfor citado acima não foi, de acordo com Célia (2003), uma política de formação e qualificação profissional, mas foi política social, focalizada e precária, dentro de uma agenda da reforma do Estado. Para Antoniazzi (2005), o Planfor fracassou como política de emprego e de qualificação profissional do trabalhador.

O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, implementado em todas as regiões do país a partir de 1996, sob a direção do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, foi uma política pública ousada, que deixou ao novo

governo federal, eleito em 2002, seus principais acertos como herança e seus principais limites como desafios de superação. (BULHÕES, 2004, p. 39)

O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador estabeleceu objetivos gerais ousados, como a democratização do acesso à qualificação profissional; a busca de um modelo de desenvolvimento sustentado e uma nova forma de atuação do Estado.

No termo de referência, documento do Ministério do Trabalho e Emprego, se encontra a concepção básica do PNQ:

Define-se qualificação social e profissional – QSP como sendo uma ação de educação profissional (formação inicial e continuada) de caráter incluído e não compensatório e que contribui fortemente para a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a consecução dos objetivos descritos no PNQ. (2011, p.2).

O Plano Nacional de Qualificação – PNQ, está voltado para a integração das políticas públicas de qualificação social e profissional. Estão entre seus princípios e objetivos fundamentais a:

- I. Articulação entre Trabalho, Educação e Desenvolvimento;
- II. Qualificação como Direito e Política Pública;
- III. Diálogo e Controle Social, Tripartismo e Negociação Coletiva;
- IV. Respeito ao pacto federativo, com a não superposição de ações entre estados, Distrito Federal, municípios e com outros ministérios e o estabelecimento de critérios objetivos de distribuição de responsabilidades e recursos;
- V. Adequação entre as demandas do mundo do trabalho e da sociedade e a oferta de ações de qualificação, consideradas as especificidades do território do setor produtivo;
- VI. Trabalho como Princípio Educativo;
- VII. Reconhecimento dos saberes acumulados na vida e no trabalho, por meio da certificação profissional e da orientação profissional;
- VIII. Efetividade Social e na Qualidade Pedagógica das ações. (2011, p.2)

Essas são as orientações gerais e os princípios basilares do PNQ, onde suas ações deverão contribuir para a promoção gradativa da universalização do direito dos trabalhadores à qualificação.

5.1.5 PROTOCOLO DE GESTÃO

O protocolo de gestão é um documento norteador das atividades desenvolvidas pelos Centros de Qualificação Profissional Liceus de Ofícios, é um estudo, um documento escrito que define todo o planejamento do projeto. Possui 54 páginas e foi publicado no ano de 2010, durante a gestão do prefeito Luciano Duccci. Até hoje permanece como única referência, no âmbito da legislação municipal, para avaliar o serviço ofertado. Uma característica, expressa logo no início do protocolo, demonstra a maleabilidade e constantes modificações que esse serviço demanda, o protocolo é caracterizado assim:

Esta publicação trata de um Programa em constante aperfeiçoamento e adequação às demandas da comunidade. Contempla, assim, informações e dados de recente atualização, passíveis, porém, de alteração em função de seus aspectos conjunturais. (FAS, 2010, p. 3)

O protocolo de gestão inicia com um breve histórico dos Liceus, desde as Linhas do Ofício, onde ônibus velhos eram transformados em salas de aula que estacionavam nos bairros mais carentes, até chegarmos aos atuais Liceus de Ofícios, que o protocolo caracteriza como *escolas profissionalizantes* em endereços permanentes, que proporcionam qualificação ou aperfeiçoamento profissional.

No protocolo de gestão encontramos poucas referências que basearam sua formulação, por se tratar de um documento interno da Fundação de Ação Social, percebe-se a falta de um rigor acadêmico na sua formulação.

No primeiro capítulo do protocolo, intitulado *Módulo 1 – A Conformação do Programa Liceus de Ofícios*, no subtítulo *O contexto Atual*, encontra-se a primeira citação que faz referência ao Plano Nacional de Qualificação – PNQ (2003-2007), ao longo desse capítulo é citado outras vezes, sem porém haver uma citação direta e nem há referência da página utilizada, percebe-se portanto uma referência ao Plano Nacional de Qualificação, em sentido amplo dando o caráter de citação indireta que apenas fundamenta o texto.

Falando sobre os usuários desse serviço público, há o seguinte:

Em consonância com as discussões internacionais no âmbito da OIT (Organização Internacional do Trabalho), entende-se a Qualificação Social e Profissional como direito e condição indispensável para a garantia do trabalho decente para homens e mulheres. Define-se Qualificação Social e Profissional como aquela que permite a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas (Plano Nacional de Qualificação – PNQ). (FAS, 2010, p.18)

Assim, apresenta-se uma possibilidade articulada com os objetivos referentes à inclusão social e redução das desigualdades sociais. A qualificação profissional dos Liceus de Ofícios objetiva a geração de trabalho, emprego e renda, na medida em que coordena o desenvolvimento de ações de qualificação social, ocupacional e profissional dos trabalhadores e trabalhadoras. Por outro lado, evidencia-se a necessidade de uma estratégia de aproximação com a realidade para uma efetiva análise sobre os cursos ofertados e sua real possibilidade de geração de trabalho e renda à população a que se destina, de modo que se procedeu a uma análise dos relatórios e indicadores operacionais do Liceu com este propósito.

5.2 RELATÓRIOS DE INDICADORES OPERACIONAIS: 2016-2018

Como forma de continuidade ao empreender uma análise da política pública em questão, se investigam dados dos cursos a partir de alguns indicadores que foram levantados das operações e processos de qualificação, que constam em anexos dessa dissertação. Compreender com o auxílio da análise dos relatórios gerenciais disponibilizados pela gestão dos liceus, qual a forma de operacionalizar o serviço público e, ao mesmo tempo, desvelar o que está presente nesses dados, o que essas informações sugerem, demonstram ou revelam.

A análise dos dados que constam nos anexos a essa dissertação, demonstram indicadores que permitem o acompanhamento do programa pelo número de turmas executadas e o número de alunos beneficiados. Nesses relatórios encontra-se o número de alunos inscritos, iniciantes, não iniciantes, desistentes, reprovados e aprovados.. É possível verificar o perfil da população atendida, a partir da oferta e da demanda dos cursos ofertados, ficando evidente a demanda da qualificação aovulnerável.

Nos relatórios, os cursos ofertados no período compreendido entre 2016, 2017 e o primeiro trimestre de 2018 pode-se perceber algumas diferenças na mudança da gestão de Gustavo Fruet para Rafael Greca. Os relatórios são divididos entre cursos ministrados pelo quadro de instrutores das empresas contratadas diretamente pelo órgão público e cursos ofertados em parceria com outras instituições.

De acordo com esses dados, no ano de 2016 os cursos ofertados em parceria foram executados pelas seguintes instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e Instituto Joanir Zonta – CONDOR.

No ano de 2017 houve uma ampliação das parcerias no desenvolvimento dos cursos ofertados, além das duas parcerias já presentes em 2016 com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e Instituto Joanir Zonta – CONDOR, também foram ofertados cursos em parceria com Centro de Integração Empresa-Escola – CIEEPR, com a Jumper Profissões e Idiomas e com a empresa Eletrolux. No primeiro trimestre de 2018 mantiveram-se as parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e Instituto Joanir Zonta – CONDOR.

Percebe-se aí uma forte tendência, que denomina-se parceria na administração pública.

A parceria serve a diversos objetivos e formaliza-se por variados instrumentos jurídicos, podendo ser utilizada como: a) forma de delegação da execução de serviços públicos; b) meio de fomento à iniciativa privada interesse público, efetivando-se por meio de convênio, contrato de gestão ou termo de parceria; c) instrumento de desburocratização e de instauração da chamada Administração Pública gerencial, por meio dos contratos de gestão; d) forma de cooperação do particular na execução de atividades próprias da Administração Pública, pelo instrumento da terceirização. (GROTTI, 2006, p.4)

De acordo com Di Pietro (2015), as parcerias são formas de delegação da execução de serviços públicos. No Brasil, de acordo com Silva (2003), o Estado organizou o desempenho de seus serviços públicos sob diversas modalidades, originariamente só se conhecia a prestação direta pelo Estado, valendo-se dos órgãos que compõem o seu próprio aparato administrativo. A partir da década de 20 do século XX, de acordo com Grotti (2006), inicia-se um processo de descentralização do Estado, com a criação de autarquias, que ganhou grande

incremento após a Revolução de 1930, exercendo não apenas funções de índole administrativa, como também de natureza industrial ou comercial. Nesse período teve grande aumento a concessão a favor de pessoas privadas seguida, após a segunda guerra mundial, pela criação de pessoas jurídicas de direito privado, sociedades de economia mista e empresas públicas.

O modo de prestação desse serviço público, é nitidamente influenciado pela crescente e variada colaboração do setor privado, observa-se, nos últimos três anos com o surgimento novos tipos de ajuste, decorrentes dessas parcerias entre a Administração e particulares. Fica evidente a tendência de uma crescente experiência na criação de novas formas de parceria com a iniciativa privada na gestão do Estado, a escassez de recursos orçamentários para projetos públicos atrai o capital privado.

Os cursos são divididos de acordo com as dez regionais da Prefeitura Municipal de Curitiba com os seguintes indicadores: número de turmas, alunos inscritos, alunos que evadiram e alunos que concluíram, sendo eles aprovados ou reprovados.

Assim o tema desta dissertação, a qualificação profissional nos liceus de ofício de Curitiba: políticas na gestão da vulnerabilidade, nos chama a atenção para os cursos livres entre os quais o conteúdo do ensino, por exemplo empregabilidade, inteligências múltiplas, ou imagem pessoal entre outros, não apresenta diretamente o conhecimento de uma atividade produtiva, são temas genéricos e ações que muitas vezes são desenvolvidas em formas de palestras.

Pode-se considerar que a gestão pública adota uma abordagem essencialista, pelo fato de que realizam as ações "(...) de qualificação no âmbito do fordismo e da estreita relação entre o posto de trabalho e o desempenho das tarefas que lhe são adstritas" (FERRETTI, 2004, p. 416). Ao desenvolver um olhar interdisciplinar para a temática da qualificação profissional é fundamental que se estude as relações e conexões entre o saber e o fazer, de modo que se proceda a uma real avaliação das transformações que envolvem a troca de informação e a capacitação profissional para estas pessoas. O setor produtivo quando está envolvido no desenvolvimento de cursos nos Liceus atua mais diretamente na real demanda das empresas, como no caso do Condor com os cursos de padeiro e

confeiteiro. Por outro lado a formação em parceria com o Senai nos curso de manutenção elétrica e hidráulica entre outro traz um conteúdo mais autônomo para o profissionalização da população em situação de vulnerabilidade. De modo que a despeito das críticas que se possa tecer em relação às diferentes gestões e suas rupturas nos programas e projetos de qualificação profissional, é preciso estabelecer ao mesmo tempo conexões entre a instituição que trabalha a formação e as outras dimensões da vida das pessoas, como a política, a cultural e a histórica.

A fragmentação do conhecimento nos cursos livres promovidos pelo Liceu pode por um lado acelerar o número de pessoas atendidas e capacitadas e no entanto por outro lado pode ser uma formação tão parcial e fragmentada da realidade que não favoreça a interação ou a inserção social do sujeito em situação de vulnerabilidade. De modo que é preciso buscar alternativas de formação nas Políticas Públicas que se revertam em benefícios concretos para aqueles que delas necessitam. As transformações em curso na sociedade brasileira, decorrentes das mudanças técnico organizacionais no mundo do trabalho, estão fazendo ressurgir, com muita ênfase, acalorados debates relativos a temas e problemas que nos remetem às relações entre trabalho, qualificação e educação (especialmente a formação profissional).

(...) As discussões têm navegado pelos mais diferentes campos das ciências sociais - economia, sociologia, história, antropologia - passando também a se constituir em objeto preocupação de educadores, linguistas, psicólogos, engenheiros de produção, médicos psiquiatras etc; enfim, todos aqueles que se preocupam com as questões relativas ao trabalho humano e às suas metamorfoses. (MANFREDINI, 1999, p. 2)

Pode-se dizer que a concepção de qualificação profissional presente nos Liceus de Ofício está diretamente relacionada ao progresso técnico, o desenvolvimento da tecnologia demanda a cada momento, que o trabalhador desenvolva novas habilidades e conhecimentos que lhe permitam lidar adequadamente com os avanços tecnológicos (FERRETI, 2014). Esta concepção de qualificação profissional é restrita, marcado pela sua dimensão especificamente técnica, ou seja, pela visão que quer justificar os procedimentos de seleção e de formação profissional.

A proposta neoliberal presente na ação do poder público é evidente, não se resume exclusivamente à questão econômica, mas é também um posicionamento político e social. Esse pensamento, sustenta a ideia que as pessoas deveriam ser livres da tutela do Estado e, dessa forma, conseguiriam se desenvolver plenamente através do individualismo e da liberdade de concorrência econômica no mercado. A política neoliberal é evidente, quando se verifica o aumento das parcerias, que procuram adequar os princípios doutrinários do liberalismo econômico às demandas públicas. Na impossibilidade de colocar em prática o pressuposto do Estado mínimo, a política neoliberal privatiza serviços sociais, tornando as atividades, até então públicas, aptas à acumulação e remuneração do capital.

As parcerias são amplas e argumenta-se que auxiliam na ampliação da rede de atendimento facilitando o acesso da população ao Programa Liceus de Ofícios. Nos termos do convênio (CIEE/PR, 2019), o parceiro fica responsável pela oferta dos instrutores dos cursos, enquanto à prefeitura cabe a disponibilidade dos espaços físicos e equipamentos necessários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi o de analisar a oferta de qualificação profissional dentro do âmbito da estrutura dos equipamentos públicos da prefeitura municipal de Curitiba e especificamente compreender os conceitos de políticas públicas e a vulnerabilidade social.

A compreensão desta política pública desenvolvida demonstrou que no seu texto legal há uma ausência de grandes referências teóricas para fundamentar a concepção de qualificação. A análise das diferentes legislações sobre a educação profissionalizante demonstrou que para essa modalidade de ensino, denominada de cursos livres, não existe uma análise da dimensão qualitativa dos cursos.

Algumas referências porém se verificam nos textos legais do sistema educativo como bases para uma compreensão abrangente destes cursos. O conceito de curso livre no entanto, assume uma necessidade educativa fundamental na sociedade contemporânea, que transcende as várias modalidades de educação enquanto formação e capacitação, que é a concretude do saber fazer em sua relação com o mundo do trabalho e do emprego.

A base para a oferta dessa política pública municipal, deriva de diferentes políticas (trabalho, educação, assistência social) que tem como fundo a geração de trabalho e renda para as pessoas em situação de vulnerabilidade. Neste sentido a educação compreendida como formação humana, deve superar as instâncias políticas e de poder no sentido de sua continuidade e completude para de fato transmitir algum tipo de conhecimento do saber, do fazer e do ser a despeito das várias nomenclaturas dadas à educação.

Ao analisar as Políticas Públicas de Qualificação Profissional, foi possível levantar discussões na tentativa de estabelecer a relação entre o processo de construção dessa política e o desenvolvimento das relações de produção no capitalismo, que transformam estes cursos em simples mercadorias. No sentido de que desde a sua origem histórica tais cursos qualificadores são vinculados à lógica do consumo, deste modo se desloca o seu valor de uso em valor de troca pelo capitalista.

Discutiu-se os referenciais teóricos e políticos que sustentam o programa que é desenvolvido nos Liceus de Ofício, bem como o histórico da prática que é

desenvolvida na qualificação profissional no município de Curitiba. Buscando cobrir dentro deste cenário tanto os conceitos quanto a dimensão social e política da qualificação dentro de sua relação com a dimensão econômica do trabalho.

O programa Liceu de Ofícios lança mão de técnicas para impor seus objetivos e manter uma aparente homogeneização dos trabalhadores. A concepção de qualificação profissional presente, na política pública do programa, conforme verificado, acaba sendo restritiva, pois justifica os procedimentos de seleção e de formação profissional, onde as demandas feitas ao indivíduo e à educação tomam por base a acentuada divisão técnica do trabalho (KRUGUER, 2006). Fazendo com que cada conhecimento repassado seja cada vez mais fragmentado e hierarquizado, sem avaliar em que condições efetivas se desenvolve uma qualidade da formação profissional capaz de ser qualificadora.

A forma como se enfrentou a crise do capitalismo, deu-se, via uma reestruturação produtiva, o capital buscou novas formas de produção e gestão do trabalho, visando retomar altos índices de lucratividade. De acordo com POCHMANN (2000) os propulsores principais dessas alterações estão relacionadas ao mundo do trabalho, ligadas ao processo de reestruturação produtiva. No mundo do trabalho, a qualificação profissional configura-se como um dos temas centrais. Quando nos remetemos a categoria *trabalho* estamos diante de um conceito com constantes movimentos de mudança, um conceito que não cabe simplesmente numa explicação etimológica ou histórico-social. Verificou-se “a precarização do mercado de trabalho. (...) redução na capacidade de geração de novos empregos regulares e regulamentados (POCHMANN, 2000, p. 52)”.

O desejo de conhecer as ações de qualificação profissional desenvolvidas pelo poder público, realizou-se a partir de um mapeamento na cidade de Curitiba-PR. Essa escolha teve como desejo fomentar a discussão teórica, e oferecer informações empíricas que fundamentem e promovam o pensamento teórico do referido assunto, na análise material e dos textos legais que a fundamentam.

No contexto de precarização do mercado e das relações de trabalho, do final da década de 1990, que emanou o conceito de vulnerabilidade social. Estivemos diante de um conceito amplo e multidimensional que remete a uma

condição de fragilidade material ou moral de indivíduos ou grupos. Nossa análise voltou-se as questões que dizem respeito ao desemprego, mas, obviamente somos cientes da amplitude do mesmo (CASTEL, 2006).

De acordo com as informações da Prefeitura Municipal de Curitiba, disponibilizadas em seu portal na internet, atualmente há 24 equipamentos públicos urbanos, que são denominadas unidades de qualificação profissional: Liceus de Ofício. A análise da educação profissional, compreendeu a modalidade de educação não-formal de duração variável, destinada a proporcionar ao trabalhador conhecimentos que lhe permitam profissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o trabalho.

Segundo Saviani (2007), foi após a Revolução Industrial que ocorreu a incorporação dessas funções, que ele classifica como intelectuais, no processo produtivo. O caminho para se objetivar essa função na sociedade, foi a escola com natureza profissionalizante. Diante da necessidade oriunda das tarefas de manutenção, reparos e ajustes dos maquinários, exigiu-se uma qualificação específica, nasceram então, os cursos profissionais. A ótica de análise, partiu do conceito abordado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal 9394 de 20/12/1996), onde observa-se que o principal objetivo da educação profissional é a criação de cursos voltados ao mercado de trabalho. Dessa forma, há de se compreender de qual qualificação profissional se está referindo, para a compreensão do tema.

A análise demonstrou uma crítica à concepção que impera no senso comum, de que quanto mais “qualificado” mais “empregável” será o trabalhador. A realidade do fato é totalmente outra, aumenta-se a produtividade das empresas e, não gera necessariamente como consequência, o desenvolvimento econômico e social local.

As diversas mudanças ocorridas no campo político, ideológico e econômico nas últimas décadas, são oriundas do ideário neoliberal, que teve um impacto decisivo na esfera mundial e conseqüentemente na realidade curitibana. Ao analisar tais impactos, percebe-se claramente a concepção de qualificação profissional como proposta político-econômicas que esse ideário carrega.

Não foi a intenção dessa dissertação discutir e analisar, as ligações entre a qualificação profissional e as proposições denominadas categoricamente por neoliberais, percebe-se no entanto que as ações públicas estão inspiradas nas reformas ocorridas em esfera global. A contextualização histórica de algumas proposições teóricas que orientaram a forma de se pensar e compreender as relações sociais no campo político-institucional demonstraram a afirmação do liberalismo como uma forma teórica que permite a transformação econômica. As funções do Estado se alinham ao momento histórico capitalista, com sua intensidade de acumulação, que é a base desse sistema.

Precisamos aprender à sermos “humanos”, assim a educação coincide com nossas origens. Trabalho e a educação são atributos do homem. Acompanhamos a definição mais conhecida e propagada do Homem, dada por Aristóteles (2009), como ser racional, dessa forma desprende-se que as atribuições de trabalhar e educar se dão em caráter accidental.

Há de se entender os cursos livres na dinâmica da possibilidade de adquirir conhecimentos acerca de uma determinada área de atuação. Por outro lado, (RIGBY e SANCHIS, 2006) vivemos um momento de supervalorização da qualificação, um processo meramente formal de educação, onde as experiências tácitas são relegadas. Na linha desta perspectiva acredita-se que a qualificação deverá ser compreendida dentro de um espectro amplo. A análise das últimas décadas das políticas de qualificação profissional, evidencia uma ênfase ao totalitarismo econômico, ao constatar-se a referência do governo tendo grande poder de intervenção na vida de seus cidadãos. Compreende-se melhor isso, pela forma onde o governo manifesta sua presença em todas as áreas do saber.

No Plano Nacional de Qualificação (PNQ, 2003-2007), instituído pelo então presidente Lula no ano de 2003, a partir da Resolução nº 333 do CODEFAT de 10 de julho de 2003, estabeleceu-se objetivos gerais ousados (BULHÕES, 2004), tais como a democratização do acesso à qualificação profissional e a busca de um modelo de desenvolvimento sustentado uma nova forma de atuação do Estado. Logo, somos cientes de que ainda estamos longe da completa implementação desse intento.

O Plano Nacional de Qualificação (PNQ), de 2003, compôs o Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional, buscou reorientar as Políticas de Qualificação Profissional em âmbito nacional. Entende-se aqui o PNQ 2003 no seu aspecto fenomênico, apontando as suas mediações com o projeto educacional posto para os países de capitalismo dependente e para o projeto de sociedade em curso no país.

Pode-se afirmar que o PNQ, assinala a responsabilidade do Estado para o enfrentamento do desemprego e compreende a política de formação profissional como um processo de construção social.

Ao longo dessa dissertação, foi possível analisar o equipamento público em tela, levantaram-se reflexões que estabelecem as relações entre Educação, Trabalho e Qualificação Profissional. A compreensão do processo de construção histórica na organização social do trabalho, denota um longo caminho percorrido. Produziu-se assim uma distribuição desigual de riqueza.

As instituições de ensino, de modo geral, no desenrolar do ensino e aprendizagem apresenta em seus resultados a relação estabelecida entre ela e o sistema de produção da sociedade, logo, o Liceu de Ofícios enquadra-se dentro dessa dinâmica. Não se pode tratar separadamente trabalho e educação, isso porque o ser do homem e, portanto, o ser do trabalho, é histórico. Compreender como se produziu ao longo da história a separação entre trabalho e educação, deixa claro a indissolubilidade dessa relação.

Ao discorrermos sobre o trabalho e os processos educativos na gestão pública, os entendemos como atividades especificamente humanas, ou seja, apenas o ser humano trabalha e educa (SAVIANI, 2007). Na atuação do poder público municipal, percebe-se a intenção de um programa que se propõe enfrentar o problema do desemprego, embora encontre algum obstáculo na ausência de bases sólidas sobre como desenvolver a técnica qualificadora. E ainda falte um maior financiamento para a grande demanda destes cursos percebe-se que a política pública analisada é uma política para o vulnerável, para aquele que realmente situa-se na franja do sistema social.

A formação de sistemas de proteção social é resultante da ação pública, que deseja resguardar a população dos riscos de dependência e insegurança: tais

como a doença, a velhice, a invalidez e o desemprego e a exclusão. Dentro dessa dinâmica de sistemas de proteção social encontramos os cursos de qualificação profissional ofertados pelo município de Curitiba. O grupo vulnerável identificado necessita de uma base de proteção do Estado para alcançar em sua vida algum tipo de progresso ou mesmo de justiça social.

Os direitos universais, como a saúde, habitação e educação só favorecem a dignidade e melhoram as condições de vida da população quando estão realmente implementados no território de suas demandas. A qualificação pode favorecer na conquista de trabalho, e quiçá de algo do que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) denomina: Trabalho Decente. A qualificação por meio dos cursos livres ofertada nesse equipamento público, ainda que qualifique o vulnerável, de forma precária para um trabalho também precarizado pode preencher alguma lacuna das reais demandas de um trabalho realmente decente.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Diccionario de Filosofia**. 5ª. Edição Revisada e Ampliada, São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALMEIDA, José R. P. de. **Instrução Pública no Brasil (1500-1889): história e legislação**, São Paulo: Educ – Editora da PUC-SP, 2000.

ANTONIAZZI, Maria Regina Filgueiras. **O Plano de Qualificação Profissional do Trabalhador–Planfor/Ba–política pública de emprego?**. 2005. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses ea centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

ARISTÓTELES. Física I.-II. Tradução e comentários de Lucas Angioni. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BARROS, Álvaro P. de. **O Liceu de Artes e Ofícios e seu fundador: depoimento histórico no primeiro centenário da grande instituição**. Rio de Janeiro: Liceu de Artes e Ofícios, 1956.

BIJKER, Wiebe; HUGHES, Thomas e PINCH, Trevor. **The Social Construction of Technological Systems New Directions in the Sociology and History of Technology**. Massachusetts Institute of Technology, 1989.

BITTENCOURT, Rosely Aparecida. **Educação para o Trabalho sob a Égide do Estado: Uma Leitura do Programa Liceus do Ofício do Município de Curitiba–PR**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação). UEPG, Ponta Grossa, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 01 de março de 2018.

_____. **Decreto no. 2.208, de 17 de abril de 1997**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 10 de março de 2018.

_____. **Decreto no. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: 01 de abril de 2018.

_____. **Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 09 de abril 2018.

BULHÕES, Maria da Graça Pinto. **Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador-Planfor: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul**. São Paulo em Perspectiva, 2004, vol. 18, no 4, p. 39-49.

CARDOSO, Adalberto M.; CARUSO, Luis A.; CASTRO, Nadya A. Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade: Há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro: IEC, 1997, n.1, p. 7-23.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à "desfiliação". **Caderno CRH**, v. 10, n. 26, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rev. e Ampl. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 2002.

CÊA, Geórgia Sobreira dos Santos. **A Qualificação profissional entre os fios invisíveis: uma análise crítica do Plano Nacional e Qualificação do Trabalhador - PLANFOR**. 2003. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado. PUC/SP, 2003.

CERQUEIRA, Hugo. Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. **Revista de economia política**, 2004, vol. 24, n. 3, p. 422-441.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**, 2002, v. 5.

CHAMOUX, Marie-Noelle. Sociétés avec et sans concept de travail. In: **Sociologie du Travail**, 10 XXXVI, Hors série. Paris, 1994, p. 57-71.

CMC. **Liceus de Ofícios: gestão será da Secretaria do Trabalho (2015)**. Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=24413#&panel1-1>. Acesso em: 08 de junho de 2018.

COMTE-SPONVILLE, André. **Das grandes virtudes, Pequeno Tratado**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1995.

CORAGGIO, José L. **Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção?** In: Tommasi, Livia; Warde, Miriam e Haddad, Sérgio (Orgs.). O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. Cortez Editora, São Paulo: 1996.

CUNHA, Luiz A. **O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus**. In: Fórum Educacional. Rio de Janeiro: 1979, p. 3-47.

CURITIBA. 2018. **Programa Liceus de Ofícios**. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/liceus/2408>. Acesso em 02 jul. 2018.

_____. **Relatório Atividades Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego (2015)**. Disponível em: <http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2015/00174733.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.

DAGNINO, Renato et al. **Metodologia de análise de políticas públicas. Campinas: Grupo de Análise de Políticas de Inovação**. Campinas: Editora Cabral Universitária, 2002.

DAGNINO, Renato Peixoto; NOVAES, Henrique Tahan. Construindo uma nova agenda para a Política Científica e Tecnológica: uma discussão sobre a neutralidade da ciência e o determinismo tecnológico. **Encontro Anual Da Anpocs-Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Ciências Sociais**, 2006, v. 30.

DIAS, Maria S. de L. **Práticas do psicólogo em políticas públicas./ Organização: Maria Sara de Lima Dias, Marilene Zazula Beatriz**. Curitiba: Juruá, 2015.

_____. **Sentidos do trabalho e sua relação com o projeto de vida de universitários. 2009**. 270 f. 2009. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Psicologia)-Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas**. São Paulo: Atlas, 2015.

ELLUL, Jacques. **La edad de la técnica**. Octaedro, 2003.

FERRETTI, Celso João. Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, 2004.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.

FREYSSINET, Michel. L'invention du travail. In: **Futur antérieur**, L'Harmattan, Paris, 1993, n. 16, p. 17- 26.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje**. In: LIMA, Júlio C. F.; NEVES, M. L. (Orgs.) **Fundamentos da Educação Escola do Brasil Contemporâneo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL. **Protocolo de Gestão**, 2010.

GIL, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Mirian. **Relatório Atividades Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego 2015.** Disponível em: <http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2015/00167447.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2017.

GRAMSCI, Antonio. **A concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. As agências reguladoras. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico**, v. 6, 2006.

HESSEN, Johannes. **Filosofia dos valores.** Prefácio e trad. L. Cabral de Moncada. Armênio Amado: Coimbra, 1980.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Conceito de trabalho. **SÃO PAULO: Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas.** São Paulo: Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p. 65-69.

IPPUC. **Retrato das Regionais.** Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/default.php?pagina=391>. Acesso em: 02 de janeiro de 2019.

KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, p. 30-42, 2013.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. **Capitalismo, trabalho e educação**, 2002, v. 3, p. 77-96.

KRUGER, Edelbert; TAMBARA, Eleomar. O perfil dos alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas - CEFET/RS durante a vigência do Decreto 2.208/9. **UNIREvista**, 2006, v. 1, n. 2.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos.** Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 1997.

LICEU DE ARTES E OFÍCIO. Histórico. Disponível em: Acesso em: 10 de maio de 2018.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação e ensino em Marx e Engels. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, 2010, v.2, n. 2, p. 20-42. Disponível em <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9581/7005>>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

LUKÁCS, Gyorgy. **Per una ontologia dell'essere sociale.** v. 2, Roma: Riuniti, 1981.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Editorial Confluência, 1956.

MANFREDI, Silvia Maria et al. Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas. **Educação e Sociedade**, 1999, v. 19, n. 64, p. 13-49.

MARCONI, Marina de Andrade et al. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política (1818-1883)**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Divisão do trabalho e manufatura. O capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Teorias da mais-valia**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Boitempo Editorial, 2015.

MEDA, Dominique. La fin de la valeur "travail?". In: **Esprit, août-septembre**, p. 75, 1998.

MENDONÇA, Francisco. Aspectos da problemática ambiental urbana da cidade de Curitiba/PR e o mito da "capital ecológica". **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 12, p. 179-188, 2002.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, 2012, v. 17, n. 2, p. 29-40.

MORAES, C. S. V. O que há de novo na Educação Profissional no Brasil. **Trabalho e Educação**, n.º 8, Belo Horizonte: 2001.

MTE. Plano Nacional de Qualificação – PNQ, 2003-2007. **Orientações para a elaboração dos planos territoriais de qualificação – PlanTeQs municípios - arranjos municipais**.

_____. Plano Nacional de Qualificação – PNQ/ PlanTeQs 2003 e 2004 – Indicadores de desempenho. Brasília: MTE, 2005.

_____. Plano Nacional de Qualificação: PNQ, 2003-2007. Brasília: MTE, SPPE, 2003.

MUSSE, Isabel; MACHADO, Ana Flavia. Perfil dos indivíduos que cursam educação profissional no Brasil. **Economia e Sociedade**, 2013, v. 22, n. 1, p. 237-262.

MURASSE, Celina M. et al. **A educação para a ordem e o progresso do Brasil: o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888)**. 2001. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

OIT. **Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho e seu seguimento**. Disponível em: . Acesso em: 10 de abril de 2017.

OIZERMAN, Theodore. **Problemas de História da Filosofia**. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

OLIVEIRA, Dalila. A. A Educação Básica e Profissional no Contexto das Reformas dos anos 90. Trabalho e Educação. **Revista do NETE**. 2001, n. 8, Jan./jun.

OLIVEIRA, Roberto Veras. **A qualificação profissional como política pública**. In: Oliveira, Roberto Vêras (org.). Políticas Públicas de Qualificação: Desafios Atuais. São Paulo: A+Comunicação, 2007.

OLIVEIRA, Ramon de. Demands for professional qualification: Recife, in the second half of the 19th century. **Revista Brasileira de Educação**, 2013, v. 18, n. 54, p. 629-646.

PAIVA, Vanilda. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**, 2001, v. 1, p. 49-64.

PARANÁ. **Secretaria Estadual da Educação: Guia de Cursos Técnicos e de Formação** Disponível em <<http://www.educacao.pr.gov.br/cursostecnicos>>. Acesso em: 10 de março de 2018.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

POLITO, André Guilherme. **Michaelis dicionário de sinônimos e antônimos: nova ortografia conforme o acordo ortográfico da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

REALE, Giovanni. **Guía de lectura de la "metafísica" de Aristóteles**. 2. ed. Tradução: José María López de Castro. Barcelona: Herder, 2003.

RIFKIN, Jeremy. **The end of work: The decline of the global labor force and the dawn of the postmarket**. Putnam's Sons, New York, 1995.

RIGBY, Mike; SANCHIS, Enric. O conceito de qualificação e a sua construção social. **Revista Europeia Formação Profissional**, 2006, n. 37 p. 24-36.

RODRIGUEZ, Américo P. Trabalho e educação: a formação do trabalhador no contexto das crises cíclicas do capitalismo monopolista. In: **55º congresso brasileiro de direito do trabalho**, p. 43, 2015.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Almiro Couto e. A responsabilidade do Estado no quadro dos problemas jurídicos resultantes do planejamento. **Revista de Direito Público**, 2003, v. 63, p. 28-35.

SINGER, Paul. **Economia política do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1977.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Fronteira, 2017.

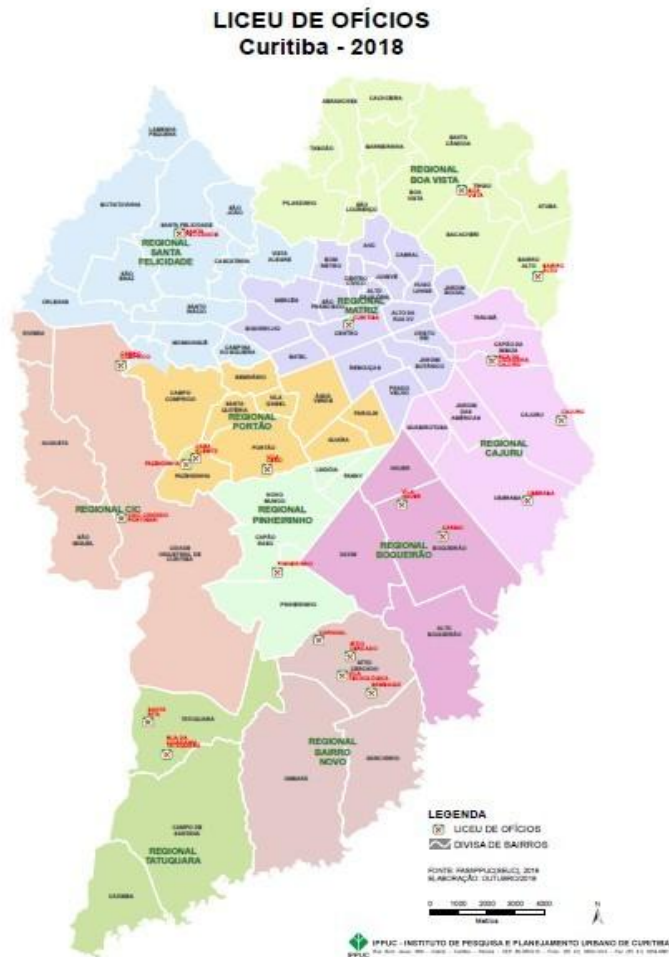
SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. 2006. **Sociologias**, Porto Alegre, 2006, n. 16, p. 20-45.

TAVARES, Maria da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. Fontes para a história da educação no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, 1945, v. 5, n. 15, pp. 369-374.

WINNER, Langdon. "Do Artifacts have Politics?" In: **"The Whale and the Reactor – A Search for Limits in an Age of High Technology"**. Trad. Fernando Manso. Chicago: The University of Chicago Press, 1986. p. 19-39.

ANEXO A - Ilustração dos bairros que contém Liceu de Ofícios (2018)



Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/enderecos-e-telefones-dos-liceus-de-oficios/2410>

ANEXO B - Relatório de Indicadores Operacionais no ano de 2016

Cursos Executados Pelo Programa Liceus De Ofícios							
Período De 15/02/2016 a 23/12/2016							
	Turmas	Inscritos	Iniciantes	Evasão	Concluintes	Aprovados	Reprovados
Núcleo Regional Bairro Novo							
Corte De Cabelo	2	38	32	10	22	22	0
Costura Industrial	8	132	124	25	131	128	0
Costura Industrial Especializações	9	153	147	22	125	99	26
Desenvolvimento Profissional E Empregabilidade	9	220	184	4	180	180	0
Quimica Para Cabelos	1	22	21	6	15	12	3
Operador De Computador	8	107	98	28	70	67	3
Operador De Processos De Producao	9	269	207	65	142	137	5
Total NR Bairro Novo	46	941	813	160	685	645	37
Núcleo Regional Bosta Vista							
Costura Industrial	2	35	35	12	23	21	2
Costura Industrial – Especializações	1	17	17	0	17	9	8
Desenvolvimento Profissional E Empregabilidade	4	78	65	9	56	56	0
Espanhol Para Hotelaria	2	51	48	10	38	36	2
Inglês Para Hotelaria	1	30	25	9	16	16	0
Total NR BV	10	211	190	40	150	138	12
Núcleo Regional Boqueirão							
Operador De Computador	9	139	112	41	71	68	3
Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade	2	44	29	2	27	27	0

Cursos Executados Pelo Programa Liceus de Ofícios**Período De 15/02/2016 a 23/12/2016**

	Turmas	Inscritos	Iniciantes	Evasão	Concluintes	Aprovados	Reprovados
Operador De Processos De Produção	1	32	21	3	18	18	0
Total Nr Bq	12	215	162	46	116	113	3

Núcleo Regional Cajuru

Desenvolvimento Profissional E Empregabilidade	5	98	107	2	95	94	1
Operador De Computador	8	111	104	33	71	70	1
Total NR Cj	13	209	211	35	166	164	2

Núcleo Regional Cic

Corte De Cabelo	1	24	19	7	12	11	1
Desenvolvimento Profissional E Empregabilidade	3	65	41	3	38	38	0
Química Para Cabelos	1	19	16	10	6	4	2
Total Nr Cic	5	108	76	20	56	53	3

Núcleo Regional Matriz

Desenvolvimento Profissional E Empregabilidade Espanhol Para	8	187	122	8	114	112	2
Hotelaria	1	35	33	17	16	16	0
Ingles Para Hotelaria	2	62	59	30	29	29	0
Operador De Computador	4	73	71	18	53	53	0
Operador De Processos De Producao	9	276	232	93	139	136	3
Total Nr Mz	24	633	517	166	351	346	5

Núcleo Regional Pinheirinho

Costura Industrial	3	71	54	17	37	35	2
Costura Industrial – Especializações	2	41	36	8	28	26	2

Cursos Executados Pelo Programa Liceus de Ofícios**Período De 15/02/2016 a 23/12/2016**

	Turmas	Inscritos	Iniciantes	Evasão	Concluintes	Aprovados	Reprovados
Desenvolvimento Profissional E Empregabilidade	3	89	71	5	66	66	0
Operador De Computador	10	148	135	52	83	79	4
Operador De Processos De Produção	4	133	133	39	94	85	9
Total Nr Pn	22	482	429	121	308	291	17

Núcleo Regional Portao

Chaveiro	5	148	132	41	91	82	9
Costura Industrial	5	120	107	36	71	71	0
Costura Industrial – Especializações	3	69	61	16	45	33	12
Desenvolvimento Profissional E Empregabilidade	8	178	143	8	135	131	4
Reparador De Eletrodomésticos	2	39	37	10	27	26	1
Operador De Computador	11	196	168	51	117	98	19
Operador De Processos De Produção	4	62	62	23	39	37	2
Corte De Cabelo	1	12	8	0	8	8	0
Química Para Cabelos	1	18	16	8	8	7	1
Total NR PR	40	842	734	193	541	493	48

Núcleo Regional Santa Felicidade

Costura Industrial	5	100	84	24	60	58	2
Costura Industrial – Especializações	4	71	62	13	49	43	6
Desenvolvimento Profissional E Empregabilidade	8	149	103	4	99	99	0
Operador De Computador	11	134	116	34	82	81	1

Cursos Executados Pelo Programa Liceus de Ofícios**Período De 15/02/2016 a 23/12/2016**

	Turmas	Inscritos	Iniciantes	Evasão	Concluintes	Aprovados	Reprovados
Inglês Para Hotelaria	2	53	35	15	20	18	2
Total NR SF	36	681	506	126	380	366	14

Núcleo Regional Tatuquara

Costura Industrial	3	48	47	10	37	33	4
Costura Industrial - Especializações	3	44	38	6	32	30	2
Desenvolvimento Profissional E Empregabilidade	2	38	38	1	37	37	0
Inglês Para Hotelaria	2	26	23	7	16	16	0
Operador De Computador	4	58	42	16	26	25	1
Operador De Processos De Produção	4	83	80	10	70	64	6
Total NR TQ	18	297	268	50	218	205	13

**Cursos executados
Programa Liceus de
Ofícios – ano 2016**

226	4619	3896	947	2949	2792	157
------------	-------------	-------------	------------	-------------	-------------	------------

Fonte: o autor.

Anexo C - Relatório de Indicadores Operacionais em parceria com outras instituições no ano de 2016

Cursos Programa Liceus de Ofícios em parceria com outras instituições

Período de 15/02/2016 a 23/12/2016

	Turmas	Inscritos	Iniciantes	Evasão	Concluintes	Aprovados	Reprovados
Regional Bairro Novo							
Auxiliar De Serviços De Panificação (Senai)	1	24	22	7	15	15	0
Confeiteiro (Senai)	1	21	20	1	19	19	0
Auxiliar De Eletricidade Predial (Senai)	5	107	107	20	87	73	14
Operador De Processos De Produção (Senai)	3	92	85	12	73	56	17
Total NR BN	10	244	234	40	194	163	31
Regional BOA VISTA							
Costureiro Sob Medida (Senai)	5	81	79	1	78	47	31
Operador De Computador – Senai	10	146	133	31	102	95	7
Total NR BV	15	227	212	32	180	132	38
Regional CAJURU							
Costureiro Sob Medida (Senai)	4	63	62	14	48	41	7
Auxiliar Administrativo (Senai)	1	13	11	3	8	7	1
Auxiliar De Recursos Humanos (Senai)	2	31	27	3	24	24	0
Total NR CJ	7	107	100	20	80	72	8
Regional CIC							
Operador De Processos De Produção – Senai	3	105	100	8	92	65	27
Regional MATRIZ							
Montador De Computador (Senai)	5	74	70	6	64	52	12

Cursos Programa Liceus de Ofícios em parceria com outras instituições
Período de 15/02/2016 a 23/12/2016

Operador De Computador – Senai	5	84	83	9	74	60	14
Total NR MZ	10	158	153	15	138	112	26
Regional Pinheirinho							
Auxiliar Administrativo (Senai)	3	109	108	17	91	77	14
Cursos Executados Liceus / Parceria SENAI	48	950	907	132	775	621	144
Parceria: Instituto Joanir Zonta – Condor							
Regional BOA VISTA							
Confeiteiro	1	20	20	0	20	19	1
Cozinheiro	1	16	16	0	16	8	8
Cursos Executados Liceus / Parceria CONDOR	2	36	36	0	36	27	9
Cursos Executados Programa Liceu de Ofícios e parceiros – ano de 2016	50	986	943	132	811	648	153

Fonte: o autor.

ANEXO D - Relatório de Indicadores Operacionais no ano de 2017**Cursos Executados Pelo Programa Liceus De Ofícios****Período De 13/02/2017 A 20/12/2017**

	Turmas	Inscritos	Iniciantes	Evasão	Concluintes	Aprovados	Reprovados
Núcleo Regional							
Bairro Novo							
Operador De Computador	1	28	27	0	27	17	10
Operador De Processos De Producao	2	52	48	13	35	34	1
Excel -	4	67	42	4	38	36	2
Informática Básica	2	43	34	8	26	26	0
Word -	2	21	20	2	18	18	0
Costura Industrial	2	31	31	2	29	24	5
Informática Básica	2	20	18	0	18	15	3
Total NR BN	15	262	220	29	191	170	21
Núcleo Regional Boa Vista							
Costura Industrial	2	35	34	4	30	30	0
Excel	2	38	25	5	20	20	0
Word	2	24	17	1	16	16	0
Espanhol Para Hotelaria	1	21	11	7	4	4	0
Informática Básica	7	120	94	11	83	78	5
Operador De Computador	2	42	29	10	19	19	0
Total NR BV	16	280	210	38	172	167	5
Núcleo Regional Boqueirao							
Excel	2	30	26	0	26	16	10
Informática Básica	12	167	138	15	123	101	22
Operador De Computador	2	45	32	13	19	19	0
Operador De Processos De Producao	3	97	94	44	50	48	2
Writer	2	30	19	4	15	14	1
Total NR BQ	21	369	309	76	233	198	35
Núcleo Regional Cajuru							
Excel	2	27	25	6	19	19	0
Word	2	25	22	3	19	17	2
Costura Industrial	2	28	28	2	26	20	6
Informática Básica	12	168	127	31	96	93	3
Operador De Computador	2	26	25	9	16	16	0
Total NR CJ	20	274	227	51	176	165	11

Cursos Executados Pelo Programa Liceus De Ofícios
Período De 13/02/2017 A 20/12/2017

	Turmas	Inscritos	Iniciantes	Evasão	Concluintes	Aprovados	Reprovados
Núcleo Regional Cic							
Costura Industrial	2	45	34	13	21	20	1
Excel	1	15	12	1	11	11	0
Operador De Computador	2	26	23	5	18	18	0
Word	1	14	9	0	9	9	0
Informática Básica	4	55	46	4	42	42	0
Montagem E Manutenção De Computadores	2	51	36	8	28	28	0
Operador De Processos De Producao	6	163	142	40	102	100	2
Total NR CIC	18	369	302	71	231	228	3
Núcleo Regional Matriz							
Excel -	2	35	30	10	20	19	1
Operador De Computador	1	19	19	6	13	13	0
Informática Básica	12	230	194	41	153	147	6
Ingles Para Hotelaria	1	32	30	11	19	19	0
Montagem E Manutenção De Computadores	3	43	43	5	38	38	0
Montagem E Manutenção De Computadores - Nível Básico	2	44	39	12	27	27	0
Operador De Computador	2	40	40	18	22	22	0
Operador De Processos De Producao	6	164	148	35	113	113	0
Total NR MZ	29	607	543	138	405	398	7
Núcleo Regional Pinheirinho							
Operador De Computador	2	30	30	6	24	24	0
Informática Básica	10	136	117	22	95	89	6
Operador De Processos De Producao	6	201	172	36	136	125	11
Total NR PN	18	367	319	64	255	238	17
Núcleo Regional Portao							
Costura Industrial	2	53	44	15	29	29	0
Excel	1	17	16	0	16	16	0
Operador De Computador	2	58	35	13	22	22	0
Word	3	36	34	6	28	28	0
Informática Básica	10	145	136	17	119	119	0
Total NR PR	18	309	265	51	214	214	0

Cursos Executados Pelo Programa Liceus De Ofícios
Período De 13/02/2017 A 20/12/2017

	Turmas	Inscritos	Iniciantes	Evasão	Concluintes	Aprovados	Reprovados
Operador De Computador	1	12	12	3	9	9	0
Calc / Math	1	10	10	2	8	8	0
Calc / Math Avançado	1	12	10	0	10	10	0
Informática Básica	8	98	86	11	75	75	0
Operador De Computador	1	11	10	0	10	10	0
Operador De Processos De Producao	5	103	87	28	59	56	3
Writer	2	24	24	3	21	21	0
Total NR SF	19	270	239	47	192	189	3
Núcleo Regional Tatuquara							
Word	2	21	21	2	19	19	0
Costura Industrial	2	42	35	12	23	23	0
Informática Básica	4	81	76	7	69	67	0
Total NR TQ	8	144	132	21	111	109	0
Cursos Executados Programa Liceus De Ofícios - Ano 2017	182	3251	2766	586	2180	2076	102

Fonte: o autor.

ANEXO E - Relatório de Indicadores Operacionais cursos com parceria de outras instituições no ano de 2017

Cursos Programa Liceus de Ofícios em parceria com outras instituições

Período de 13/02/2017 a 20/12/2017

	Turmas	Inscritos	Iniciantes	Evasão	Concluintes	Aprovados	Reprovados
Parceria: Serviço Nacional De Aprendizagem Industrial – SENAI							
Regional BOA VISTA							
Auxiliar De Informática (Senai)	2	38	35	4	31	23	8
Total NR BV	2	38	35	4	31	23	8
Regional BOQUEIRÃO							
Auxiliar Administrativo (Senai)	2	67	59	17	42	39	3
Auxiliar De Confecção (Senai)	2	47	41	14	27	24	3
Total NR BQ	4	114	100	31	69	63	6
Cursos Executados Liceus / Parceria SENAI Ano 2017	6	152	135	35	100	86	14
Parceria: Instituto Joanir Zonta – Condor							
Regional BOA VISTA							
Confeiteiro	1	25	25	4	21	17	4
Padeiro	1	23	21	0	21	18	3
Cursos Executados Liceus / Parceria CONDOR Ano 2017	2	48	46	4	42	35	7
Parceria: Centro de Integração Empresa-Escola – CIEEPR							
			Turmas		Inscritos		Concluintes
Regional BAIRRO NOVO							
A arte do bem falar			3		65		26
Administração do tempo - Uma estratégia de sucesso			2		40		17
Aprenda a vencer os desafios do mundo do trabalho			1		15		11
Atitude profissional			1		6		6
Atitudes comportamentais/empregabilidade			1		11		11
Autoconhecimento			5		70		40
Autoestima-Motivação			4		96		52

Cursos Programa Liceus de Ofícios em parceria com outras instituições

Período de 13/02/2017 a 20/12/2017

	Turmas	Inscritos	Concluintes
Auxiliar administrativo	4	217	134
Comunicação interpessoal eficaz	1	18	15
Desenvolvimento de qualidades pessoais	1	18	8
Desenvolvimento do potencial criativo	2	26	19
Dicas para entrevista	1	41	26
Eficiência profissional	1	27	21
Empreendedorismo	1	27	19
Etiqueta Social	1	19	9
Finanças pessoais	1	15	2
Informática básica	1	12	9
Informática intermediária	1	12	11
Linguagem e comunicação	1	23	15
Marketing digital e internet	1	37	24
Marketing pessoal - A arte de se relacionar bem	1	44	34
Projeto de vida pessoal e profissional	4	52	22
Qualidade no atendimento ao público	1	39	24
Superando a timidez, desenvolvendo a criatividade	2	61	28
Técnicas de organização de arquivos	1	21	21
Telemarketing	3	71	41
Trabalho em equipe	1	18	5
Total NR BN	47	1101	650
Regional BOA VISTA			
A arte do bem falar	2	24	24
Administração do tempo - Uma estratégia de sucesso	1	23	9
Autoconhecimento	2	11	7
Auxiliar administrativo	2	86	44
Conceitos básicos de logística	2	77	38
Etiqueta e postura profissional	1	20	11
Finanças pessoais	1	29	11
Introdução ao processo de compras	1	23	11
Marketing digital e internet	1	43	27
Matemática básica	1	50	29
Matemática financeira	1	38	10
Total NR BV	15	424	221
Regional BOQUEIRÃO			
A arte do bem falar	2	19	19
Autoconhecimento	1	18	18
Auxiliar administrativo	2	74	41
Desenvolvimento de qualidade pessoais	1	9	9

Cursos Programa Liceus de Ofícios em parceria com outras instituições

Período de 13/02/2017 a 20/12/2017

	Turmas	Inscritos	Concluintes
Dicas para entrevista	1	7	6
Marketing digital e internet	1	15	6
Marketing pessoal - A arte de se relacionar bem	1	27	16
Matemática comercial	1	15	4
Qualidade e produtividade 5S	1	10	7
Total NR BQ	11	194	126
Regional CAJURU			
A arte do bem falar	2	23	23
Administração do tempo - Uma estratégia de sucesso	2	21	21
As empresas na era da informação	1	18	16
Atendente de cobrança	1	27	27
Atitude profissional	1	39	39
Atitudes comportamentais/empregabilidade	1	24	7
Autoconhecimento	2	23	22
Autoestima-Motivação	2	32	27
Auxiliar administrativo	3	165	79
Desenvolvendo habilidades de liderança	1	9	9
Desenvolvimento de qualidades pessoais	2	26	26
Desenvolvimento do potencial criativo	1	7	7
Dicas para entrevista	1	8	8
Eficiência profissional	1	8	8
Empreendedorismo	1	10	10
Etiqueta e postura profissional	1	22	16
Iniciação aos serviços secretariais	1	18	11
Inteligências múltiplas no sucesso pessoal e profissional	1	16	16
Marketing pessoal - A arte de se relacionar bem	1	34	17
Matemática básica	2	49	25
Oratória – A arte de falar em público	1	22	18
Planejamento estratégico pessoal e pessoal	1	19	13
Projeto de vida pessoal e profissional	3	46	40
Qualidade no atendimento ao público	1	13	13
Técnicas de organização de arquivos	1	21	15
Telemarketing	1	12	8
Total NR CJ	36	712	521
Regional CIC			
Atitudes comportamentais/empregabilidade	1	13	4
Auxiliar administrativo	1	79	34
Desenvolvendo habilidades de liderança	1	25	22
Dicas para entrevista	1	10	1

Cursos Programa Liceus de Ofícios em parceria com outras instituições

Período de 13/02/2017 a 20/12/2017

	Turmas	Inscritos	Concluintes
Eficiência profissional	1	9	4
Inteligências múltiplas no sucesso pessoal e profissional	1	16	9
Marketing pessoal - A arte de se relacionar bem	1	15	8
Planejamento estratégico pessoal e pessoal	1	33	19
Qualidade e produtividade 5S	1	16	10
Total NR CIC	9	216	111
Regional MATRIZ			
Administração do tempo - Uma estratégia de sucesso	1	63	24
Desenvolvimento de qualidades pessoais	1	43	14
Desenvolvimento do potencial criativo	1	53	23
Total NR MZ	3	159	61
Regional PINHEIRINHO			
A arte do bem falar	1	37	12
Administração do tempo - Uma estratégia de sucesso	1	30	13
As empresas na era da informação	1	13	7
Atitudes comportamentais/empregabilidade	1	23	11
Autoconhecimento	1	25	14
Autoestima-Motivação	1	21	8
Auxiliar administrativo	1	100	56
Cerimonial e eventos	1	38	24
Desenvolvendo habilidades de liderança	1	38	17
Desenvolvimento do potencial criativo	1	15	8
Dicas para entrevista	1	17	5
Eficiência profissional	1	23	20
Empreendedorismo	1	36	10
Etiqueta Social	1	31	15
Finanças pessoais	1	21	13
Inteligências múltiplas no sucesso pessoal e profissional	1	29	11
Marketing digital e internet	1	52	28
Marketing pessoal - A arte de se relacionar bem	1	37	22
Nova ortografia da língua portuguesa	1	29	11
Oratória – A arte de falar em público	1	95	42
Qualidade no atendimento ao público	1	44	22
Telemarketing	1	39	22
Total NR PN	22	793	391
Regional PORTÃO			
As empresas na era da informação	1	10	2

Cursos Programa Liceus de Ofícios em parceria com outras instituições
Período de 13/02/2017 a 20/12/2017

	Turmas	Inscritos	Concluintes
Atitudes comportamentais/empregabilidade	1	17	16
Dicas para entrevista	1	50	22
Eficiência profissional	1	13	8
Gestão de custos	1	51	13
Total NR PR	5	141	61

Regional SANTA FELICIDADE

Administração do tempo - Uma estratégia de sucesso	1	42	25
Autoconhecimento	1	25	18
Desenvolvimento do potencial criativo	1	37	23
Dicas para entrevista	1	28	6
Inteligências múltiplas no sucesso pessoal e profissional	1	39	19
Qualidade no atendimento ao público	1	32	19
Total NR SF	6	203	110

Regional TATUQUARA

A arte do bem falar	1	17	6
Administração do tempo - Uma estratégia de sucesso	1	14	4
As empresas na era da informação	1	4	2
Atitudes comportamentais/empregabilidade	1	16	7
Autoconhecimento	1	16	5
Autoestima-Motivação	1	5	2
Cerimonial e eventos	1	27	10
Desenvolvimento do potencial criativo	1	19	12
Dicas para entrevista	1	10	7
Marketing digital e internet	1	43	30
Marketing pessoal - A arte de se relacionar bem	1	29	9
Qualidade no atendimento ao público	1	27	11
Total NR TQ	12	227	105

Cursos executados parceria CIEE ano 2017

166

4170

2357

Parceria: Jumper Profissões e Idiomas

Auxiliar de Escritório	2	36	36
Cursos executados parceria JUMPER ano 2017	2	36	36

Cursos Programa Liceus de Ofícios em parceria com outras instituições**Período de 13/02/2017 a 20/12/2017**

	Turmas	Inscritos	Concluintes
Parceria: Eletrolux			
Regional CIC			
Gastronomia Sustentável	1	19	17
Total NR CIC	1	19	17
Regional PORTÃO			
Manutenção de microondas	2	35	24
Total NR PR	2	35	24
Cursos executados parceria CIEE ano 2017	3	54	41

Fonte: o autor.

ANEXO F - Relatório de Indicadores Operacionais no primeiro trimestre do ano de 2018

Cursos Executados Pelo Programa Liceus De Ofícios

Período De 15/01/2018 A 31/03/2018

	Turmas	Inscritos	Iniciantes	Evasão	Concluíntes	Aprovados	Reprova dos
Núcleo Regional Bairro Novo							
Oficina De Costura - Aproveitamento De Retalhos	2	25	25	0	25	19	6
Total NR BN	2	25	25	0	25	19	6
Núcleo Regional Boa Vista							
Oficina De Costura - Aproveitamento De Retalhos	2	25	25	1	24	19	5
Excel -	1	23	17	1	16	16	0
Informática Básica	1	21	18	0	18	18	0
Total NR BV	4	69	60	2	58	53	5
Núcleo Regional Boqueirao							
Informática Básica	4	46	45	6	39	36	3
Total NR BQ	4	46	45	6	39	36	3
Núcleo Regional Cajuru							
Informática Básica	8	113	83	14	69	68	1
Total NR CJ	8	113	83	14	69	68	1
Núcleo Regional Portao							
Informática Básica	2	29	27	1	26	25	1
Total NR PR	2	29	27	1	26	25	1
Núcleo Regional Tatuquara							
Informática Básica	2	46	36	3	33	33	0
Total NR TQ	2	46	36	3	33	33	0
Total De Cursos Executados Programa Liceus De Ofícios - 1º Trimestre Ano 2018	2	328	276	26	250	234	16

ANEXO G -Relatório de Indicadores Operacionais cursos com parceria de outras instituições no primeiro trimestre de 2018.

Cursos Programa Liceus De Ofícios Em Parceria Com Outras Instituições

Período De 15/01/2018 A 31/03/2018

	Turmas	Inscritos	Iniciantes	
Parceria: Serviço Nacional De Aprendizagem Industrial - SENAI *				À época da coleta de dados, os cursos estavam em andamento.
Regional Bairro Novo				
Auxiliar De Eletricidade Predial	2	40	40	
Regional Boqueirão				
Auxiliar Administrativo	4	120	120	
Regional Boa Vista				
Auxiliar De Informática	2	36	36	
Regional Cic				
Auxiliar Administrativo	1	19	19	
Auxiliar De Informática	2	28	28	
Total NR CIC	3	47	47	
Cursos Ofertados Liceus / Parceria SENAI 1º Trimestre Ano 2018 (Não Concluídos)	11	243	243	

	Turmas	Inscritos	Iniciantes	Evasão	Concluintes	Aprovados	Reprovados
Parceria: Centro De Integração Empresa-Escola - CIEE PR							
Regional Bairro Novo							
Dicas Para Entrevista	1	80			63		
Cerimonial De Eventos	1	80			38		
Auxiliar Administrativo	1	80			60		
Técnicas De Organização De Arquivos	1	80			65		
Telemarketing	1	80			45		
Marketing Digital E A Internet	1	80			56		
Serviços Administrativos	1	80			49		
Como Ter Sucesso Nos Processos Seletivos	1	66			29		
Relacionamento Interpessoal Nas Organizações	1	54			22		
Postura E Imagem Profissional	1	69			21		

Cursos Programa Liceus De Ofícios Em Parceria Com Outras Instituições

Período De 15/01/2018 A 31/03/2018

	Turmas	Inscritos	Iniciantes	Evasão	Concluintes	Aprovados	Reprovados
Postura E Imagem Profissional	1	69			21		
Total NR BN	10	749			448		
Regional Boa Vista							
Postura E Imagem Profissional	1	30			11		
Empregabilidade E Autoconhecimento	1	30			7		
Oratória - A Arte Do Bem Falar	1	30			15		
Logística - Modais E Suas Importâncias	1	30			9		
Serviços Administrativos	1	30			23		
Qualidade No Atendimento Ao Público: Pessoalmente E Telefônico	1	30			28		
Total NR BV	6	180			93		
Regional CIC							
Empregabilidade E Autoconhecimento	1	45			12		
Como Ter Sucesso Nos Processos Seletivos	1	32			8		
Serviços Administrativos	1	100			40		
Qualidade No Atendimento Ao Público: Pessoalmente E Telefônico	1	83			27		
Total NR CIC	4	260			87		
Regional Cajuru							
Serviços Administrativos	1	70			33		
Empreendedorismo Criativo	1	70			28		
Como Ter Sucesso Nos Processos Seletivos	1	39			14		
Como Administrar As Finanças Pessoais	1	65			26		
Postura E Imagem Profissional	1	33			9		
Qualidade No Atendimento Ao Público: Pessoalmente E Telefônico	1	70			27		
Logística - Modais E Suas Importâncias	1	63			21		
Como Ter Sucesso Nos Processos Seletivos	1	70			23		
Total NR CJ	8	480			181		
Regional Matriz							
LIBRAS - Língua Brasileira De Sinais - Básico I	1	65			38		
LIBRAS - Língua Brasileira De Sinais - Básico I	1	65			28		

